

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JÚLIA ELLEN NACIF PROCÓPIO

O COMÉRCIO BILATERAL ENTRE O BRASIL E A CHINA ENTRE 2004 E 2014

CURITIBA

2016

JÚLIA ELLEN NACIF PROCÓPIO

O COMÉRCIO BILATERAL ENTRE O BRASIL E A CHINA ENTRE 2004 E 2014

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, do setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para conclusão do curso.

Orientador: Prof. Wellington Pereira

CURITIBA

2016

RESUMO

Em apenas uma década, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, suplantando uma longa hegemonia norte-americana em nosso comércio internacional. Este trabalho destina-se a um estudo empírico da evolução do comércio entre o Brasil e a China, principalmente durante o período de 2004 a 2014. Dá-se especial atenção aos principais produtos exportados, objetivando avaliar o grau de industrialização empregado, assim como a competitividade e o dinamismo das relações comerciais. Conclui-se que o Brasil exporta para a China, em sua grande maioria, commodities e produtos com baixa tecnologia, enquanto as importações da China são muito mais intensas em tecnologia.

Palavras chaves: Brasil, China, comércio exterior.

ABSTRACT

In just a decade, China has become the most important trading partner of Brazil, supplanting a long US hegemony in our international trade. This work is an empirical study of the evolution of trade between Brazil and China, especially during the period from 2004 to 2014. Special attention is given to the main exported products, focusing on evaluate the degree of industrialization, as well as the competitiveness and dynamism of trade relations. It is concluded that Brazilian exports to China are mainly commodities and low technology products, while imports from China are far more technological.

Keywords: Brazil, China, International trade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB –	Associação de Comércio Exterior do Brasil
CEBC –	Conselho Empresarial Brasil-China
COMTRADE –	<i>UN Comtrade Database</i>
EALACF –	Fórum de Cooperação Ásia do Leste – América Latina
FMI –	Fundo Monetário Internacional
GATT –	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IED –	Investimento Externo Direto
ITC –	<i>Trade Statistics for International Business Development</i>
MDIC –	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL –	Mercado Comum do Sul
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
OMC –	Organização Mundial de Comércio
PIB –	Produto Interno Bruto
SECEX –	Secretaria de Comércio Exterior
WITS –	<i>World Trade Organization</i>
UNCTAD –	United Nations Conference on Trade and Development
ZEE's –	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Referencial teórico.....	8
2.1 Discussão sobre vantagens comparativas.....	8
2.2 Barreiras tarifárias	15
2.3 União alfandegárias e áreas de livre comércio.....	18
3. Abertura comercial.....	21
3.1 Abertura comercial da China.....	21
3.2 Adesão da China na OMC.....	24
4. Comércio do Brasil com a China.....	27
4.1 Histórico das relações comerciais entre o Brasil e a China.....	27
4.2 Comércio Internacional	31
4.2.1 China e o mundo	31
4.3 Brasil e o mundo.....	36
4.4 Brasil e China.....	42
4.5 Regressão da pauta exportadora.....	47
5. Conclusão.....	50
Referências.....	52

INTRODUÇÃO

O Brasil e a China são economias emergentes no cenário internacional, embora com trajetórias distintas de desenvolvimento. O comércio bilateral sino-brasileiro tem evoluído consideravelmente nas últimas décadas, e diversos fatores condicionantes contribuíram para essa tendência. Um dos fatores de destaque é a entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2001, o que foi imprescindível para concretizar a abertura comercial do país, assim como, apresentar ao mundo todo o potencial econômico chinês.

O exponencial crescimento da China, assim como o seu reposicionamento no cenário internacional, fez com que o país se tornasse uma nova potência econômica internacional.

Apesar das vastas diferenças nos aspectos políticos, culturais e ideológicos, o Brasil e a China estreitaram exponencialmente suas relações comerciais e diplomáticas. Em 1994, as vendas brasileiras para a economia chinesa correspondiam a apenas 1,5% de tudo que o país exportava para o mundo. Em 2014, as exportações para a China já correspondiam a 18% do total comercializado pelo Brasil, fato que é comprovado pelos dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil.

O comércio bilateral foi impulsionado especialmente pela necessidade em comum de inserção política e econômica no comércio internacional. Em menos de dez anos após a entrada da China na OMC, e a abertura oficial do comércio chinês para o mundo, o gigante asiático passou de 12º para 1º lugar entre os principais destinos das exportações brasileiras. Contudo, o Brasil representa somente 2% do comércio chinês com o mundo. Isso já sinaliza como tem se constituído o formato da relação de comércio entre o Brasil e a China, enfatizando a maior dependência do primeiro em relação ao país asiático. Além disso, dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) apontam que, há um grande desequilíbrio quanto à natureza qualitativa da pauta de exportações dos países, onde o Brasil apresenta acentuada vantagem comparativa e a China um forte dinamismo importador.

Esta monografia procura identificar como tem evoluído a pauta comercial do Brasil e da China, qualitativamente e quantitativamente, e quais são as tendências

de comércio entre eles. A análise tenta verificar a existência de oportunidades, não apenas de intensificar o fluxo de produtos, mas também, de diversificar a pauta de exportação brasileira para o mercado chinês.

Portanto, o objetivo principal desta monografia é apresentar um estudo da evolução e do dinamismo das relações bilaterais do comércio entre o Brasil e a China, assim como a competitividade dos produtos brasileiros exportados para a China, observando os efeitos que o acelerado avanço da economia chinesa pode, eventualmente, causar no mercado interno brasileiro, e a busca do Brasil em expandir seus mercados. O desenvolvimento da pesquisa dará enfoque especial ao período posterior a adesão chinesa à Organização Mundial de Comércio (OMC) até 2014, tendo como base principal a pauta de bens comercializados por esses países.

Esta monografia está estruturada em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No segundo capítulo se apresenta o referencial teórico, onde será tratado, brevemente, o debate e considerações sobre vantagens comparativas, políticas comerciais e uniões alfandegárias. O terceiro capítulo aborda a evolução da abertura comercial da China até a sua inserção na OMC. O quarto capítulo é referente a evolução das relações comerciais entre o Brasil e a China e, também, como ambos os países se apresentam de um ponto de vista comparativo internacional.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Neste capítulo busca-se apresentar o marco teórico a ser utilizado na análise da evolução do comércio bilateral entre o Brasil e a China, apresentando elementos da teoria sobre comércio internacional que possam ser úteis para a sustentação da análise empírica que será apresentada mais adiante nessa monografia. Desta forma, na seção 2.1, procura-se revisar a evolução dos conceitos de políticas comerciais dentro das teorias sobre comércio internacional, assim como a teoria das vantagens comparativas e sua evolução ao longo do tempo.

Na seção 2.2 são apresentadas algumas das principais barreiras comerciais adotadas pelos países para proteger o mercado interno e os seus principais órgãos reguladores.

Na seção 2.3 são discutidos os diferentes níveis de integração econômica entre os países, assim como a criação do GATT e, posteriormente, a OMC.

2.1 A discussão sobre vantagem comparativa no comércio internacional

A teoria do comércio internacional surgiu da necessidade de se explicar as trocas comerciais entre os países. Deve-se aos autores clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, uma análise suscetível de generalização a qualquer país.

Economista e filósofo escocês, Adam Smith (1723-1790) foi o precursor das abordagens teóricas sobre os benefícios do comércio entre nações. Smith formulou sua teoria econômica a partir da crítica ao modelo mercantilista de comércio exterior que até então vigorava entre os países, onde a riqueza era gerada a partir da acumulação de metais preciosos, feita através do incremento das exportações e restrições à importação.

Adam Smith se tornou um dos principais teóricos do liberalismo econômico e, acreditava que o comércio internacional traria ganhos para os países intervenientes na troca. Para isso, bastaria que cada país se especializasse completamente nos produtos em que possuem vantagens absolutas em termos de produtividade, ou seja, que os países se especializassem nos produtos em que o tempo requerido de trabalho na sua produção seja menor. Deste modo, propõe que os países não

produzam todos os produtos de que precisam, mas sim, especializem-se e exportem aqueles em que possuem maior produtividade, e importem os produtos em que outras nações são melhores e mais eficientes. Portanto, com o comércio internacional, os países se beneficiariam de um comércio aberto em que cada país comprasse livremente as mercadorias fabricadas em um país estrangeiro, e não diminuiriam sua atividade, pois os demais países comprariam dele o que produzisse mais barato. (COUTINHO, PEIXOTO, FILHO, AMARAL, 2005)

Entretanto, a teoria das vantagens absolutas apresenta uma séria limitação. Um país ineficiente em termos absolutos, ou seja, um país que produza um bem que pode ser comprado mais barato no exterior, não poderia participar no comércio internacional. A especialização e, por conseguinte, a troca internacional só poderia ocorrer se o país A, por exemplo, fosse mais eficiente em produzir um bem e o país B em produzir outro.

David Ricardo (1772-1823), em *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), aperfeiçoou a teoria de Smith e formulou a teoria das vantagens comparativas ou relativas, onde os países comercializam mesmo que não possuam vantagem absoluta em nenhum bem, basta que o país possua vantagens comparativas (WILLIANSO, 1989).

Ricardo (1822) tentou mostrar que mesmo quando um país fosse absolutamente menos eficiente a produzir todos os bens, continuaria a participar no comércio internacional ao produzir e exportar os bens que produzisse de forma relativamente mais eficiente.

A ideia de vantagens absolutas determina o padrão de trocas internas em um país com perfeita mobilidade de fatores de produção, levando, à uniformização dos preços dos fatores. No mercado internacional, contudo, a lógica é distinta, dada a baixa mobilidade de fatores entre os países, há a necessidade de considerar a estrutura produtiva de cada país.

Segundo a teoria ricardiana, as vantagens comparativas são oriundas das diferenças de produtividade do fator trabalho para distintos bens. Os países deveriam se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, aumentando sua produção doméstica. Assim, a produção que não fosse vendida no mercado interno de um país deveria ser exportada, e os outros bens seriam adquiridos no mercado internacional a um preço menor que o de produzi-los

internamente. Dessa forma, o comércio seria benéfico para todos (KRUGMAN, 2001).

Se a especialização se faz segundo este princípio, e se as nações entram na troca, elas podem então simultaneamente ganhar nas trocas em um sentido preciso: obtêm uma maior quantidade de bens do que a quantidade que seria disponível em autarquia, e o comércio internacional não tem que ser estabelecido necessariamente com base nas vantagens absolutas.

Com o desenvolvimento da literatura sobre comércio, o modelo de Ricardo, assim como o de Smith, revelou alguns equívocos. Segundo Krugman e Obstfeld (2001), o primeiro erro do modelo de Ricardo era que previa um grau extremo de especialização, que não se observava no mundo real. Além disso, os países não limitam todos os seus recursos e ações à produção de um produto exclusivamente. O modelo também não leva em consideração os efeitos indiretos do comércio internacional sobre a distribuição de renda dentro dos países, e portanto, pressupõe que os países como um todo ganharão por meio do comércio. O modelo ricardiano também ignora o papel das economias de escala como causa do comércio, o que torna impossível explicar os grandes fluxos comerciais entre nações aparentemente similares. Desta forma, Krugman e Obstfeld (2001) afirmam que a produtividade dos fatores seria inalterável, o que não se concretiza no comércio real. Como os recursos não se movem sem custos de uma indústria para outra, além de cada indústria demandar diferentes fatores de produção, o comércio não é totalmente benéfico para todos os segmentos da economia, como previa Ricardo. Entretanto, apesar das restrições apontadas, diversos estudos empíricos têm confirmado a teoria básica de Ricardo, onde os países tendem à exportar bens no qual a produtividade seja relativamente alta e importar aqueles que possuem produtividade relativamente baixa (AMARAL, 2006).

Eli Heckscher (1879-1952) e Bertil Ohlin (1899-1979) aperfeiçoaram a teoria das vantagens comparativas. Ricardo atribuiu a existência de vantagens comparativas a diferentes produtividades do trabalho entre os países, já no modelo de dotação de fatores, as vantagens comparativas são formadas a partir dos diferentes níveis de estoques relativos dos fatores de produção, ou seja, o comércio é explicado através das dotações relativas de fatores e diferenciais de custos de produção resultantes do grau de intensidade de seu uso. As nações têm tecnologia

equivalente, mas diferem na disponibilidade dos fatores de produção, portanto, um país que possui mais tecnologia, trabalho, recursos naturais ou capital, terá vantagem na produção e exportação da mercadoria que exija utilização intensa do fator abundante. Neste modelo, a especialização de cada país no comércio internacional é influenciada pela interação do fator de produção abundante e a sua intensidade relativa de produção. De acordo com Krugman e Obstfeld (2001), a teoria de Heckscher-Ohlin (a partir de agora referida como HO) difere do modelo ricardiano por distinguir o comércio internacional do comércio inter-regional e na identificação dos fatores que determinam a existência de vantagens comparativas. Para estes autores as diferenças nas dotações relativas dos fatores de produção justificam a existência de comércio.

Leontief (1953) realizou um importante estudo empírico para testar o modelo de Heckscher Ohlin, onde analisou as importações e exportações dos Estados Unidos após a 2ª Guerra Mundial. Ao analisar a economia de um país como a dos Estados Unidos, era de se esperar uma relação capital-produto superior às suas importações, sabendo-se que havia mais capital por trabalhador neste país do que em outros, porém foi constatado o contrário. O resultado mostrou que os Estados Unidos exportavam produtos que eram menos intensivos em capital que suas importações. Essa constatação ficou conhecida como o Paradoxo de Leontief.

A teoria de dotação de fatores dominou por muito tempo as explicações sobre o comércio entre os países, o qual reflete um padrão tipicamente inter-industrial, segundo o qual o intercâmbio de bens se dá entre diferentes setores de atividade. Entretanto, a teoria baseada na vantagem comparativa gerada pela disponibilidade relativa de fatores vem apresentando, muitas vezes, falhas ao tentar explicar os padrões de comércio. Os economistas Paul Krugman e Staffan Burenstam Linder destacam-se na busca por explicações complementares (GONÇALVES, 2015). Para Krugman a teoria de dotação de fatores não conseguia explicar duas características importantes da economia internacional: o comércio entre países com fatores semelhantes e a produção multinacional. A falta de realismo dos pressupostos em relação a muitas indústrias é a causa mais relevante do fracasso do modelo Heckscher-Ohlin em explicar o comércio internacional de produtos industrializados. O modelo também se limita quando parte de pressupostos como a inexistência de economias de escala, a homogeneidade das tecnologias empregadas, da

similaridade das preferências dos países e dos produtos comercializados. Segundo Krugman (1991), é necessário também incorporar modelos com mercados imperfeitos para explicar o comércio intra-industrial, caracterizado por troca de produtos semelhantes, mas não homogêneos nos quais, estão baseados em economia de escala e diferenciação de produtos.

As transformações da economia mundial através da maior mobilidade de capital e trabalho e do maior desenvolvimento industrial das nações impactaram fortemente o comércio internacional. Conseqüentemente, os países passaram a comercializar não mais em função de suas diferenças, mas de suas semelhanças estruturais. Como resultado, o padrão de comércio intra-industrial ganhou destaque nas trocas internacionais, onde grande parte da produção das economias envolve produtos diferenciados ao invés de produtos homogêneos, gerando, por extensão, um mercado internacional de produtos diferenciados de uma mesma indústria ou do mesmo grupo amplo de produtos. Com poucas variedades e estilos, podem-se desenvolver tecnologias mais especializadas e rápidas que permitam uma operação contínua e de duração mais prolongada (HELPMAN, 1981).

No mesmo enfoque, como primeira tentativa para explicar o padrão de comércio de produtos industrializados, o economista sueco Staffan Linder estabeleceu uma distinção entre o comércio de bens primários e o de bens industrializados. Para Linder (1961), a teoria neoclássica é satisfatória para explicar o comércio dos bens primários, mas não é capaz de explicar o comércio dos bens industrializados. Este é explicado pela estrutura da demanda, caracterizada pelas qualidades dos produtos diferenciados procurados num país, ou seja, a função da demanda interna ao país de origem e da demanda externa aos preços mundiais vigentes. A principal determinante da estrutura da demanda é o nível de renda per capita, no qual, os países de renda per capita mais elevada tenderiam a consumir maior quantidade de produtos sofisticados e também produtos com um grau de sofisticação maior que os consumidos em países menos desenvolvidos. Assim, Linder (1961) chega à conclusão de que o comércio de produtos industrializados é maior entre países com níveis de renda semelhantes. Essa conclusão é contrária ao modelo de Heckscher e Ohlin, que prevê um maior potencial de comércio entre países com diferentes níveis de renda *per capita*, o que significa diferentes razões capital-trabalho. Ou seja, o potencial de comércio de manufaturas é maior entre

países com estrutura de demanda similar, ou ainda, com renda *per capita* similar (LINDER, 1961).

Outra vertente teórica da teoria de comércio de produtos industrializados é a do ciclo do produto, que foi elaborada por Raymond Vernon (1972). Ela explica porque as empresas multinacionais, independentemente de qual seja o seu país de origem, suas estratégias de internacionalização produtiva tendem a se voltar para países intensivos em mão de obra barata. A teoria do ciclo do produto desenvolve o argumento de que os produtos novos são desenvolvidos e produzidos inicialmente nas economias mais avançadas, decorrentes de dois motivos básicos: primeiro, porque a demanda surge nas economias onde o nível de renda é mais elevado e os gostos são sofisticados; segundo, porque o elevado nível de qualificação da mão de obra nas economias mais avançadas proporciona vantagem comparativa no desenvolvimento inicial desses produtos antes de ser reduzida a uma rotina. Posteriormente, a demanda cresce e a produção se padroniza, propiciando vantagens para a internacionalização da produção. Na medida em que o produto vai migrando no seu ciclo, passando da fase de pesquisa e desenvolvimento, intensivo em capital e mão de obra qualificada, para intensivo em capital e mão de obra não qualificada, a produção se desloca dos centros mais avançados para centros menos desenvolvidos.

Com Michael Porter (PORTER, 2001), inicia-se uma nova etapa no estudo teórico do comércio internacional ao introduzir a noção de vantagens competitivas, refletindo o conceito de competição, que inclui mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e economias de escala. Segundo o autor, a prosperidade econômica das empresas e das nações depende da produtividade com a qual os recursos trabalho e capital são empregados. Sendo assim, a produtividade é a determinante principal do nível de renda per capita de um país e, portanto, do padrão de vida. Um alto padrão de vida depende da capacidade das empresas de um determinado país de atingir altos níveis de produtividade e aumentá-lo com o tempo. Então, competitividade em nível nacional deve ser entendida como produtividade nacional, e, uma elevada renda per capita está relacionada com a frequência de inovações na economia.

Para a teoria da vantagem competitiva, não apenas os fatores de produção são importantes, mas também, as condições de mercado e sua estrutura, as

estratégias e a existência de empresas e indústrias de apoio (PORTER, 1989). Porter segue uma linha de pensamento na qual as empresas de determinado país não somente dominam um mercado em razão do baixo custo de seu produto, mas também porque o seu produto, para chegar a esse patamar de participação no mercado e nele se manter, já possui vantagens baseadas na qualidade e em suas características próprias. Esse quesito está ligado à eficiência da indústria e é o resultado de investimentos em pesquisa e desenvolvimento do setor.

Dada à importância que as trocas internacionais atingiram, e dado o nível de comércio atualmente, qual é praticado pelas nações em razão das aberturas econômicas estabelecidas decorrentes de modelos econômicos baseados na livre circulação de produtos e serviços, as teorias de comércio internacional objetivam explicar o que determina a existência do comércio entre as nações bem como responder quais benefícios trazem.

Diferentemente da teoria de vantagem competitiva, as teorias tradicionais de comércio tratam a concorrência de uma forma muito simplificada, no qual o estoque de fatores e a produtividade são dados e nada se pode fazer a esse respeito. No mundo real, isso não ocorre. Em busca de maior lucro, as empresas inovam, mudando tanto o estoque relativo de fatores quanto a produtividade (AMARAL, 2004).

As teorias de comércio, embora não expliquem todas as evidências das relações comerciais do mundo, são fundamentais para sua análise. O comércio internacional é de suma importância para os países a fim de vender seu excedente de produção e poder disponibilizar ao seu mercado consumidor mercadorias e serviços que o mesmo não produz. Esta relação apresenta complexidades e influências não só das teorias convencionais de comércio internacional e do comércio intra-industrial, mas também de políticas macroeconômicas e ações governamentais que por muitas vezes restringem, ou estimulam, o comércio realizado entre dois países.

2.2 Barreiras Tarifárias

No âmbito do comércio internacional existem mecanismos que os países utilizam para impedir o avanço de países concorrentes e também para estimular o crescimento de suas economias. Os modelos teóricos sugerem que o livre comércio evita as perdas de eficiência associadas à proteção. Naturalmente, porém, em face das imperfeições do mercado e dos custos de transação, os governos continuam a proteger suas indústrias domésticas em maior ou menor grau na maioria dos países.

Os modelos de comércio internacional reivindicam a superioridade do livre mercado sobre esquemas protecionistas. O argumento tradicional em defesa do livre comércio é baseado nos ganhos da especialização e trocas. A especialização permite que cada um possa desfrutar de um padrão de vida bem maior do que se tivesse que produzir todos os bens sozinho, e garante acesso a uma variedade infinitamente maior de bens e serviços. O comércio entre nações é somente uma extensão dessa divisão de trabalho. E é a divisão de trabalho que garante o aumento de produtividade, que por sua vez é a principal causa do aumento no padrão de vida da sociedade (KRUGMAN, 1991).

Para provar os benefícios do livre comércio, Adam Smith mostrou o ganho possível quando cada país tinha uma vantagem absoluta. Ricardo mostrou que isso exigia apenas a existência de vantagens comparativas, no qual é mais frequente do que as vantagens absolutas. Heckscher e Ohlin mostraram como a vantagem comparativa está baseada em diferenças na dotação de fatores e de produto abundante (KRUGMAN, 1991). Os modelos de comércio de produtos industrializados mostram como o comércio baseado no aproveitamento de economia de escala, e na diferenciação dos produtos, poderia satisfazer o gosto pela diversidade, aumentar a renda real e beneficiar ambas as partes.

Nas relações comerciais contemporâneas, o livre comércio é mais exceção do que regra, tanto nos países menos desenvolvidos como nas economias industrializadas. Esse processo é denominado proteção e, refere-se, normalmente, a uma vantagem oferecida aos produtores locais que concorrem com as importações nos mercados domésticos. O mecanismo mais utilizado para atingir esse objetivo é a barreira comercial imposta por países, podendo ser entendida como qualquer lei, regulamento, imposto, prática ou política governamental que proteja os produtores

de um país contra a competição externa, impondo obstáculos ao fluxo normal de importações ou estimulando artificialmente as exportações de um produto específico. Os diversos instrumentos de medidas protecionistas e intervenção sobre o comércio exterior são denominados de políticas comerciais, e podem ser divididas em barreiras tarifárias e barreiras não tarifárias (SALVATORE, 2000).

As barreiras tarifárias se dão por meio de imposição de tarifas aduaneiras sobre os produtos importados, aumentando assim os seus preços, e conseqüentemente incentivando o consumo dos produtos nacionais.

Quando as importações são restritas por políticas protecionistas, os produtos ficam mais escassos no mercado doméstico, elevando seus preços. Ocorre então uma transferência de renda dos consumidores para alguns poucos produtores nacionais. Porém, o comércio melhora o desempenho da economia não só pela alocação mais eficiente de recursos, mas também aumentando a produtividade desses recursos. Ocorrem, pelo livre comércio, trocas de tecnologias internacionais que aumentam a produtividade, e a maior competição gerada empurra as empresas menos eficientes para fora do mercado, abrindo espaço para o crescimento das mais produtivas. Muitas vezes os produtos importados são bens intermediários, usados como insumos para as indústrias nacionais. Barreiras protecionistas encarecem e dificultam o acesso a tais produtos, penalizando todo o avanço da economia nacional.

Uma tarifa, a mais simples das políticas comerciais, constitui um imposto cobrado sobre as importações, quando a mercadoria entra no país. As tarifas podem incidir de forma específica, onde o imposto é cobrado referente às quantidades importadas, independentemente do preço do produto, ou também pode ser cobrada de forma "ad valorem", onde o imposto é calculado com uma porcentagem do preço do produto, ou ainda pode ser cobrada de forma mista, isto é, implica a cobrança de determinado montante por unidade importada do produto, além de um percentual sobre o preço do produto (KRUGMAN, 2001).

A negociação da retirada de barreiras às importações bem como a implantação de barreiras se dá no âmbito de foros comerciais internacionais, dos blocos econômicos como o Mercosul através de tratados e/ou acordos de negociação específicos.

Além das tarifas, existem também várias outras formas não tarifárias dos países defenderem seus mercados. São consideradas barreiras não tarifárias as medidas e os instrumentos de política econômica que afetam o comércio entre dois ou mais países e que dispensam o uso de mecanismos tarifários (ad-valorem ou específicas). Normalmente estas tarifas são aplicadas com a intenção de proteger o mercado interno nacional, pois a diferença no custo de produção entre os países no mundo é muito grande. Além da mão de obra, há diferenças no custo de obtenção da matéria-prima, dos encargos, da aquisição de máquinas e equipamentos, entre outros. Estes fatos, estas diferenças de preço, acarretariam em perda de competitividade entre os produtos nacional e internacional, pois o produto nacional de um país desenvolvido, por exemplo, apesar de toda tecnologia que tem, teria que ser vendido mais caro que os produtos internacionais, causando enfraquecimento das empresas nacionais. Por essa razão, países utilizam de maneira significativa as barreiras não tarifárias.

Outra forma comum de proteção é o subsídio oferecido pelo governo. O subsídio, quando empregado como instrumento de política comercial, consiste em pagamentos, diretos ou indiretos, feitos pelo governo, para encorajar exportações ou desencorajar importações. Em ambos os casos, equivalem a um imposto negativo e representa, portanto, uma redução de custo para o produtor. Em geral, a concessão de subsídios se dá por meio de pagamentos em dinheiro, redução de impostos ou financiamentos a taxas de juros inferiores às de mercado (CRUZ, 2009).

Dentre as outras formas de proteção, existem: quotas de importação, controles cambiais, proibição de importações, monopólio estatal, leis de compras de produtos nacionais, depósito prévio à importação, barreiras não tarifárias e acordos voluntários de restrição às exportações.

O subsídio à produção doméstica é considerado a melhor alternativa de proteção de mercados domésticos porque, embora provoque certa ineficiência na produção, não afeta o preço para o consumidor (SALVATORE, 2000). O subsídio à exportação, da mesma forma que as tarifas, provoca perdas para o conjunto da sociedade que o adota: os ganhos dos produtores são menores que as perdas dos consumidores. Quando o país que subsidia a exportação tem grande participação no mercado mundial, as perdas extrapolam as fronteiras nacionais. A maior oferta do

produto subsidiado reduz sua cotação internacional, resultando em menor nível de bem-estar para os outros concorrentes.

Independentemente do seu propósito, a adoção de políticas tarifárias provoca várias alterações na economia e perdas para os consumidores, principalmente nos países de pequena participação no comércio internacional, já que o comércio de um país pequeno é incapaz de afetar as relações de trocas internacionais, pois o preço interno é muito maior em relação ao preço internacional devido a sua ineficiência de capacidade de produção.

Por outro lado, os países mais desenvolvidos e com grande representação comercial são muito mais favorecidos, pois conseguem diluir as tarifas protecionistas entre os países exportadores e consumidores domésticos, que pagam preço mais elevado nos produtos importados (SALVATORE, 2000).

“O mercado internacional caracteriza-se, hoje, pela formação de blocos econômicos que exercem em relação a seus parceiros comerciais uma força centrípeta, pois atraem negócios de maior vulto para o mercado ampliado, e força centrífuga, pois podem afastar o ingresso de bens e serviços através de barreiras protecionistas, além de contribuir para desvio de comércio com terceiros países e também o fenômeno da globalização dos circuitos produtivos e das correntes de comércio e investimentos. A globalização ocorre em dois níveis. Ela decorre dos avanços das telecomunicações, que aproximam povos, nações e ideias. Num segundo plano, pode ser vista como a multinacionalização das estruturas de produção e de comércio, sendo, de certa forma, uma estratégia empresarial.” (BERTO, 2004, p. 9)

Portanto, as barreiras ao mercado tanto quanto suas disfunções, muitas vezes impostas por blocos econômicos, constituem-se em manipulações no comércio como uma forma de proteger o mercado interno de cada país. Porém, esse protecionismo impede o crescimento orgânico e sem interferências do comércio internacional.

2.3 Uniões Alfandegárias e Áreas de Livre Comércio

Os processos de internacionalização dos mercados, claramente afetados pela crescente facilidade e mobilidade de fatores, impactaram economias domésticas, que na maior parte das vezes, deixaram de lado conceitos de mercados fechados para, cada um ao seu modo, viabilizar processos graduais de abertura econômica e redução de barreiras tarifárias e alfandegárias.

A integração econômica pode se revestir de diversas formas, sempre com diferentes graus e níveis de integração: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total. Essencialmente, as diferenças estão nos níveis de integração e cooperação entre os Estados nacionais envolvidos no processo.

Numa zona de comércio livre, os direitos, e as restrições quantitativas entre os países participantes são abolidos, mas cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não membros. O estabelecimento de uma união aduaneira implica, além da supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união, a equalização dos direitos em relação ao comércio com países não membros. Num mercado comum atinge-se uma forma mais elevada de integração econômica, em que são abolidas não só as restrições comerciais, mas também as restrições aos movimentos de fatores produtivos. Uma união econômica distingue-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre políticas. Finalmente, a integração econômica total pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estados membros. (BALASSA, 1972)

Foi na década de 1930 que se começou a pensar em uma redução das tarifas coordenadas em âmbito internacional, na forma de uma política internacional. Um acordo mútuo ajuda a ganhar apoio para um comércio mais livre, e também, ajudam a evitar que os governos entrem em guerras comerciais. Foi somente com as mudanças no cenário mundial pós-guerra que propiciou a maior integração dos países, e, em 1947, vinte e três países se reuniram para negociar um conjunto de normas comerciais provisórias que ficou conhecido como Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade – GATT*).

O GATT foi um tratado internacional, com a finalidade de buscar a harmonização das políticas aduaneiras dos países membros. O acordo se baseia em um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial, combater práticas protecionistas e, regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais. Foi o único instrumento

multilateral a tratar do comércio internacional de 1948 até 1995, e determinou, na Rodada do Uruguai, o estabelecimento da OMC. A Organização Mundial do Comércio (*World Trade Organization - OMC*) é um tratado de cunho permanente que tem como funções a gestão de acordos que compõem o sistema multilateral de comércio, coordenação e gestão de debates para o comércio internacional (firmar acordos internacionais), supervisão da adoção dos acordos pelos membros da organização, com o acompanhamento das políticas comerciais nacionais. Um importante mecanismo da OMC é o Sistema de Resolução de Controvérsias, criado para solucionar conflitos gerados pela aplicação dos acordos sobre o comércio internacional (CRUZ, 2009).

O GATT, hoje incorporado pela OMC, tem como princípios básicos a cláusula da nação mais favorecida, o princípio do tratamento nacional e o princípio da não discriminação, no qual, sua função é proteger o livre comércio, refletindo a preocupação dos países membros de que é necessário abolir as discriminações decorrentes da concessão de preferências comerciais que geralmente prejudicam os países subdesenvolvidos e de menor representatividade econômica e comercial.

É essencial a existência de um sistema de defesa comercial eficaz, ágil e transparente para a manutenção de uma economia aberta, evitando que produtores domésticos, afetados pela concorrência desleal de alguns produtos importados, pressionem por medidas de proteção incompatíveis com as regras da OMC. Um sistema assim garante a sustentabilidade das medidas adotadas, viabilizando a defesa daqueles que estejam efetivamente sendo prejudicados por práticas desleais, tais como o dumping, o cartel, trust ou benefícios por subsídios.

A entrada da China na OMC, em 2001, fez com que o país se comprometesse a implementar reformas para reduzir as barreiras ao comércio e a facilitar acesso a seu mercado dos produtos e serviços importados de membros da OMC, como será apresentado no próximo capítulo.

3 ABERTURA COMERCIAL

No presente capítulo serão feitas considerações acerca das abordagens relativas à evolução econômica chinesa, levando em conta as transformações pelas quais essa economia passou no decorrer das últimas décadas que permitiram conduzi-la a uma posição de destaque no cenário internacional.

Na seção 3.1 será analisado o processo de abertura comercial chinesa, apresentando brevemente as principais reformas feitas em alguns setores da economia.

A seção 3.2 vai discorrer a respeito do processo de adesão da China na Organização Mundial de Comércio (OMC), assim como os tratados formalizados nesse longo processo, citando como exemplo, acordos antidumping, redução das barreiras tarifárias chinesas, entre outros fatores que mantinham a China isolada comercialmente.

Este período de transição é importante para a análise, pois ele proporcionou um grande acréscimo nas relações de comércio entre os dois países, abrindo caminho para a China ocupar o posto de maior parceiro comercial do Brasil em 2009.

3.1 Abertura comercial da China

Nos primeiros 30 anos da República Popular da China (RPC), o governo praticou o sistema de economia planificada, através da qual a produção agrícola e industrial, o estoque e a venda de produtos nos setores comerciais eram todos controlados pelo plano estatal (PEREIRA, 2005).

A China estava em profundo subdesenvolvimento, atraso e miséria e o rápido crescimento da população nas cidades, foi um forte indicativo de que o país necessitava se modernizar, em busca de novas alternativas de desenvolvimento.

No final dos anos 1970, sua economia passou por transformações de um sistema central para uma economia aberta e voltada ao comércio internacional. A modernização e o desenvolvimento tornaram-se tarefas estratégicas, que implicavam a normalização das relações com países capitalistas desenvolvidos,

alterando radicalmente sua política externa e interna. Assim, após anos de isolamento comercial e de complicados conflitos internos, a China aproximou-se do Ocidente e deu início ao processo de abertura comercial. Para isso, foram implementadas diversas reformas políticas que tinham como objetivo a modernização de setores da economia, onde se destacam: agricultura, defesa nacional, indústria e ciência e tecnologia (CÂMARA BRASIL-CHINA, 2016).

O processo foi baseado na liberalização dos regimes de comércio internacional e de investimento e possibilitaram grande melhoria à economia local, com significativo avanço das exportações, crescimento dos investimentos externos no país e modernização interna.

A modernização na agricultura tinha como objetivo “abolir os direitos de propriedades como característica definitiva de uma sociedade de classes” (STORY, 2004, p. 111). Portanto, por meio da reforma agrária, as chamadas comunas agrárias foram substituídas pelo sistema de contratos de responsabilidade.

A reforma na agricultura foi indispensável para eliminar pontos de estrangulamento da economia, e permitir a aceleração da industrialização, com o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo para o mercado interno. Essa mudança teve como base o aumento na produtividade, não só do solo, como também a produtividade dos trabalhadores rurais. Para isso, o país investiu em novos equipamentos e novas técnicas de cultivo, reorganizando assim o método de trabalho.

Ainda segundo Story (2004), também foi necessário realizar um reajustamento dos preços dos produtos comercializado pelos agricultores. Antes, os agricultores eram obrigados a vender sua produção para o Estado, que pagava muito pouco. Após a reforma, os agricultores eram obrigados a vender apenas parte da sua produção ao Estado, tendo liberdade para vender o excedente no mercado de acordo com as leis de oferta e demanda. Além disso, o Estado estimulou o comércio dos excedentes dos camponeses reabrindo feiras e mercados rurais para a comercialização.

Essas mudanças impactaram no aumento do consumo das famílias rurais e na melhora da produção agrícola. Esse crescimento ajudou também na produção industrial, pois o crescimento da renda das famílias rurais incidiu diretamente no aumento do consumo do povo do campo por bens industriais.

Ocorreu também um grande investimento em educação, o qual possibilitou a população chinesa se preparar para o mercado de trabalho, diminuindo o índice de analfabetismo e melhorando formação dos trabalhadores. No longo prazo, a qualificação do povo chinês, contribuiu para uma mão-de-obra preparada e barata, dando assim condições para as indústrias produzirem mercadorias de qualidade com baixos custos (BELLUCCI, 2004).

Associada a melhor formação dos trabalhadores, houve uma transferência de responsabilidades de órgãos governamentais para as empresas públicas nos setores industriais, envolvendo as comunidades locais e flexibilizando os mecanismos de tomada de decisão, exigindo assim, maior responsabilidade das empresas em aumentar o valor de sua produção e alcançar lucros mais elevados.

Um dos principais fatores que permitiram a arrancada da produção industrial e comércio da China foi a criação das chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's). As ZEE's são províncias que possuem legislações próprias, localizadas próximas a importantes portos do litoral chinês, que tinham como objetivo o desenvolvimento econômico e tecnológico através de medidas governamentais mais flexíveis e políticas econômicas orientadas para o livre mercado, que visavam atrair investimentos estrangeiros, principalmente para o setor agrícola e industrial, além de absorver as inovações tecnológicas desenvolvidas nos países mais avançados. Esse mecanismo permitiu a criação de plataformas de exportação, para obter divisas fortes, investimentos e tecnologia (CÂMARA BRASIL-CHINA, 2016).

Parte essencial do processo de industrialização da China também tem sido o encorajamento do investimento externo direto (IED). Desde 1970 a China vem abrindo a sua economia para empresas estrangeiras e também vem alterando suas políticas de investimento para atrair capital externo. O Estado chinês facilitou os financiamentos para os investimentos, estimulando a privatização de empresas para gerar concorrências com as estatais que dominavam a produção industrial. O investimento estrangeiro foi atraído por incentivos fiscais em troca de tecnologia e canais de exportação, e se concentrou em processamentos para exportações. O principal impacto do IED foi o de estimular a economia doméstica e acelerar a inserção da China na divisão internacional do trabalho (VILLELA, 2004).

O processo de transição da economia chinesa foi conduzido com base numa política deliberada do Estado em promover o setor industrial e incentivar o capital

externo a se instalar no país. Fosse através dos incentivos oferecidos nas ZEE's, ou através de outras facilidades em termos burocráticos, tais incentivos almejavam colocar gradualmente a China numa posição atrativa frente ao mercado mundial.

De uma maneira geral, o processo de transição da economia chinesa pode ser resumido em quatro áreas: de uma economia centralizada para o mercado, de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, de uma autarquia para a interdependência, de filiação ao sistema comunista para a participação na sociedade politicamente organizada e global (STORY, 2004).

Estes eventos ocorreram e se vincularam simultaneamente às transformações que vinham ocorrendo em nível mundial, como a queda do comunismo, a maior integração entre os países no mercado mundial, o crescimento do papel e tamanho das corporações no sistema de estados e na economia mundial, entre outros.

A rápida evolução da economia chinesa, na década de 2000, deu-se também em virtude da adesão do país a OMC. Embora tenha sido um dos membros que assinaram o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1948, somente no ano de 1986 o governo chinês optou por fazer valer sua presença como membro, o que levou a uma longa negociação, muitas vezes de modo bilateral ou multilateral com alguns países. Em 2001, em Doha, no Qatar, foi oficializada a entrada da China na OMC, fechando um período de negociações de 15 anos. A partir deste momento o papel da economia chinesa para o desenvolvimento da economia mundial se intensificaria, e o país passaria a ocupar um novo status no cenário geopolítico global. (LIMA, 2005)

3.2 Adesão da China à OMC

O Protocolo de acesso da China, em novembro de 2001, foi resultado de anos de intensas negociações. A entrada na organização foi consequência de um compromisso dos líderes chineses de estabilizar as relações comerciais com os demais países, além de reforçar e consolidar o fluxo de suas exportações e investimentos que são fatores essenciais para a dinamização de sua economia. Significou também, a vontade política dos membros da OMC de integrarem esse

país na organização, que tem por objetivo básico a liberalização do comércio por meios de negociação de regras e supervisão da sua aplicação (NAIDIN, 2012).

A demora para o país entrar na organização deveu-se, principalmente, a forte intervenção do Estado na economia chinesa, e as práticas desleais de comércio, como elevadas tarifas de importação, barreiras não tarifárias, discriminação de produtos estrangeiros e proteção inadequada aos direitos de propriedade intelectual.

Para ingressar na OMC a China estabeleceu um programa de remoção de barreiras comerciais e de abertura de mercado para empresas estrangeiras em quase todos os setores produtivos, assim como em uma larga gama de serviços. Concordou, também, em rever e reformar sua estrutura legal com o objetivo de conferir transparência e previsibilidade aos negócios e transações comerciais com o exterior. Assumiu, ainda, as obrigações inclusas em mais de 20 acordos multilaterais existentes no âmbito da OMC cobrindo todas as áreas de comércio, aceitando os princípios centrais da OMC tais como o da nação mais favorecida, o do tratamento nacional, o da transparência e o da disponibilidade de instrumentos independentes para discutir controvérsias no campo comercial. Assim, a China buscou adequação da sua política de comércio exterior em relação às regras do GATT, e posteriormente da OMC, visando tornar-se membro efetivo, de forma a qualificar e potencializar sua participação no comércio internacional (MDIC, 2016).

A decisão de aderir à OMC também foi baseada na constatação de que se optasse por se manter fora da organização por muito tempo, veria suas exportações passarem a ser cada vez mais restringidas por mecanismos de proteção e obstáculos ao comércio, uma vez que não poderia se beneficiar do quadro regulatório da OMC para impedi-los, já que não fazia parte da organização. Além disso, o país poderia utilizar o mecanismo de solução de controvérsias da Organização e participar da formulação das novas regras do regime internacional de comércio (VILLELA, 2004).

O processo de ascensão na Organização Mundial de Comércio englobou três aspectos principais: a disponibilização de informações sobre o comércio chinês, atualizadas periodicamente durante todo o período de negociação; negociações bilaterais (China/país-membro interessado) referentes a concessões para acesso a mercado e a compromissos no campo do comércio de bens e serviços; e

consolidação e aplicação, a todos os países membros da OMC, das concessões mais liberalizantes obtidas nas negociações bilaterais (UNCTAD, 2006).

Para os membros da OMC, a entrada da China representou um importante passo para a integração do país do sistema multilateral, com a adoção de acordos e regras estabelecidos ao longo dos 60 anos de existência da organização. Os membros da organização visavam não só a abertura do mercado chinês de 1,3 bilhões de habitantes, como também disciplinar as exportações chinesas, beneficiadas pela enorme competitividade de sua mão de obra, como também a atuação das suas empresas estatais e dos inúmeros subsídios e incentivos fiscais concedidos à produção (PEREIRA, 2005).

O efeito de transformação da China de uma economia voltada para o mercado interno em uma potência comercial voltada para o exterior se fez sentir em toda a economia global, influenciando desde as escolhas dos consumidores até os fluxos de investimentos. De modo geral, a condição de membro da OMC é a melhor opção da China para sustentar o ritmo de crescimento econômico e reformas, pois à medida que a economia mundial se tornava mais complexa e interconectada, a participação da China beneficiava tanto a si como o resto do mundo (THORSTENSEN, 2011).

4 CARACTERÍSTICAS DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA

O presente capítulo tratará da evolução das relações comerciais entre o Brasil e a China e, para tanto, a seção 4.1 apresenta uma breve comparação do comércio individual do Brasil e da China com o mundo. A seção 4.2, se trata de um breve apanhado histórico das relações entre os dois países, no período correspondente à fase de abertura chinesa até o início do século XXI, para então, na sequência, ser tratado o comércio bilateral no período atual, com enfoque principal para a pauta de exportação brasileira.

Vale ressaltar que as relações comerciais entre Brasil e China são muito mais antigas do que o período a ser analisado. Entretanto, para efeito deste estudo, considerar-se-á apenas o vínculo comercial entre os dois países a partir do século XX.

4.1 Comércio Internacional

4.1.1 China e o mundo

No início do século XXI, a China abriu ainda mais o seu mercado ao exterior consolidando as reformas iniciadas no ano de 1978. A participação chinesa no cenário geopolítico mundial aumentou substancialmente, com o país assumindo posições de grande importância junto à OMC, ONU e outros órgãos internacionais.

A força da economia chinesa também pode ser notada no período pós-crise de 2008, no qual as maiores economias do mundo, como Estados Unidos e Europa, tiveram suas economias fortemente abaladas, enquanto a China quase não foi afetada e ainda apresentou bons níveis de crescimento no período (MORTATTI, 2009).

Em 2014, a China apresentou um PIB nominal estimado em US\$ 10,36 trilhões e crescimento de 7,38%. O gigante asiático posiciona-se hoje como a 2ª economia do mundo, logo após os Estados Unidos, com saldos superavitários em torno dos US\$ 200 bilhões (MRE, 2015).

Este extraordinário desenvolvimento é decorrente da grande diversificação e especialização da economia chinesa. Com uma crescente sofisticação das exportações, e a expansão do seu *market-share*, os produtos chineses conquistaram alta competitividade no mercado internacional.

Com a abertura do comércio, o governo chinês reduziu obstáculos administrativos para aumentar a atratividade de investidores estrangeiros, o que gerou um grande aumento nas suas exportações, como podemos observar no gráfico abaixo relativo a evolução comercial da China com o mundo (GONÇALVES, 2015).

Tabela 1 – Evolução do comércio exterior da China entre 2004 e 2014 (em mil US\$).

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2004	593.326	561.229	1.154.555	32.097
2005	761.953	659.953	1.421.906	102.000
2006	968.936	791.461	1.760.397	177.475
2007	1.220.060	956.115	2.176.175	263.945
2008	1.430.693	1.132.562	2.563.255	298.131
2009	1.201.647	1.005.555	2.207.202	196.092
2010	1.577.764	1.396.002	2.973.766	181.762
2011	1.898.388	1.743.395	3.641.783	154.993
2012	2.048.782	1.818.199	3.866.981	230.583
2013	2.209.007	1.949.992	4.158.999	259.015
2014	2.342.343	1.958.021	4.300.364	384.322

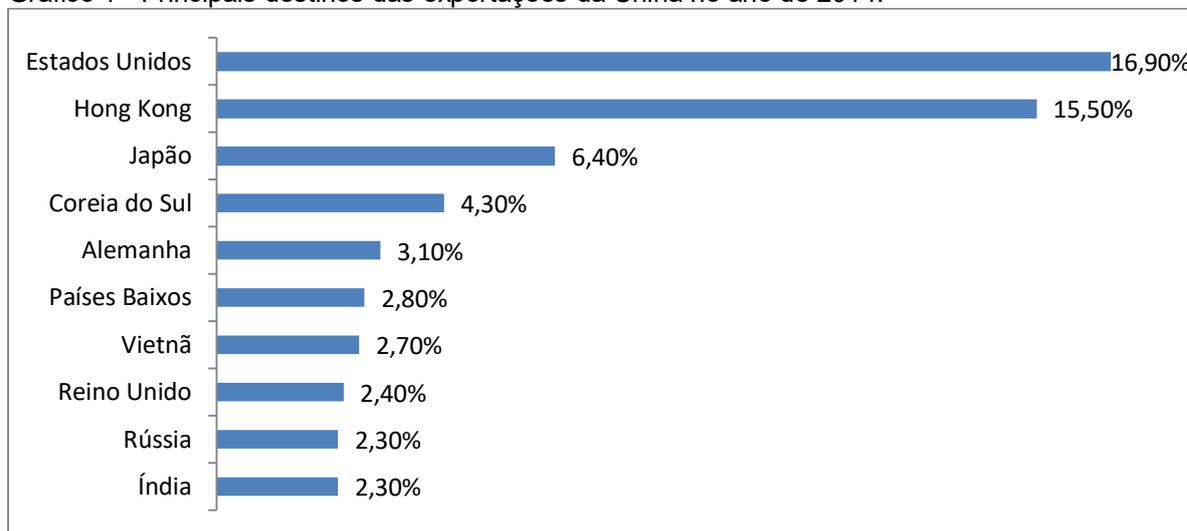
Fonte: elaboração própria com base nos dados do COMTRADE em outubro de 2016.

No ano de 2014, a China exportou mais de US\$ 2 trilhões, tornando-se o maior exportador do mundo. O país asiático liderou o ranking dos exportadores mundiais com uma participação de 12,71%, seguida pelos Estados Unidos com 8,81%, Alemanha com 8,20%, o Japão com 3,71%, os Países Baixos 3,65% e a Coreia do Sul com 3,11% (OEC, 2016).

Segundo os dados do TRADEMAP, durante os últimos cinco anos as exportações da china cresceram uma média de 12% ao ano, e são direcionadas em grande parte aos vizinhos da Ásia, que absorveram 51% do total dos seus produtos, seguidos do continente americano com 24%, da União Europeia com 15% e da África com 4%. Individualmente, o Estados Unidos foi o principal destino das vendas

chinesas com 16,9% do total em 2014. O Brasil posicionou-se no 17º lugar entre os compradores da China, com 1,5% do total.

Gráfico 1 - Principais destinos das exportações da China no ano de 2014.



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

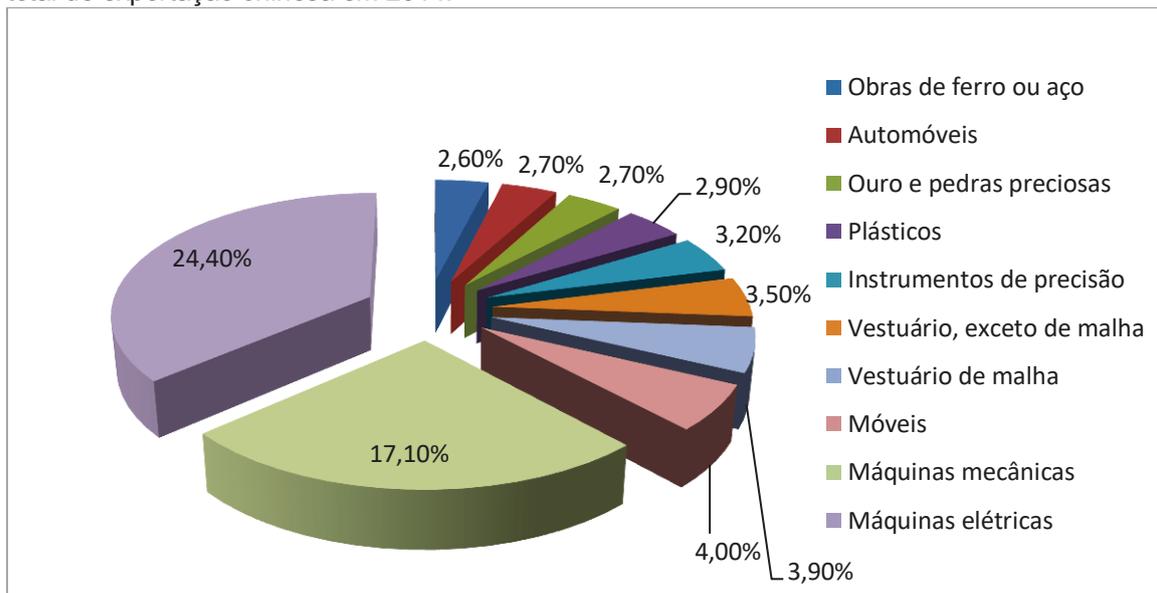
Em 2009, o Brasil passou a figurar na relação expressiva dos países que têm na China seu maior parceiro comercial em todo o mundo. Ao todo, esse grupo é formado por pelo menos 127 países, que tem em comum a China liderando o ranking de seus parceiros comerciais (COMEX, 2016).

A entrada do Brasil nesse clube, que a cada ano é integrado por um número maior de países, é um dado a mais que ilustra o impressionante desempenho da China no comércio internacional.

O grande fluxo de investimento direto externo no país tem possibilitado um aumento significativo da exportação de produtos com maior valor agregado, sendo que, somados em conjunto, os produtos com maior grau de tecnologia integram cerca de 30% do total da pauta de exportação (TRADEMAP, 2016).

É possível observar esse dado no gráfico abaixo, onde, em 2014, os dez maiores produtos exportados pela China ao mundo são predominantemente formados de produtos industrializados, como por exemplo, maquinarias, roupas e equipamentos diversos.

Gráfico 2 - Ranking dos principais produtos exportados pela China e participação percentual na pauta total de exportação chinesa em 2014.

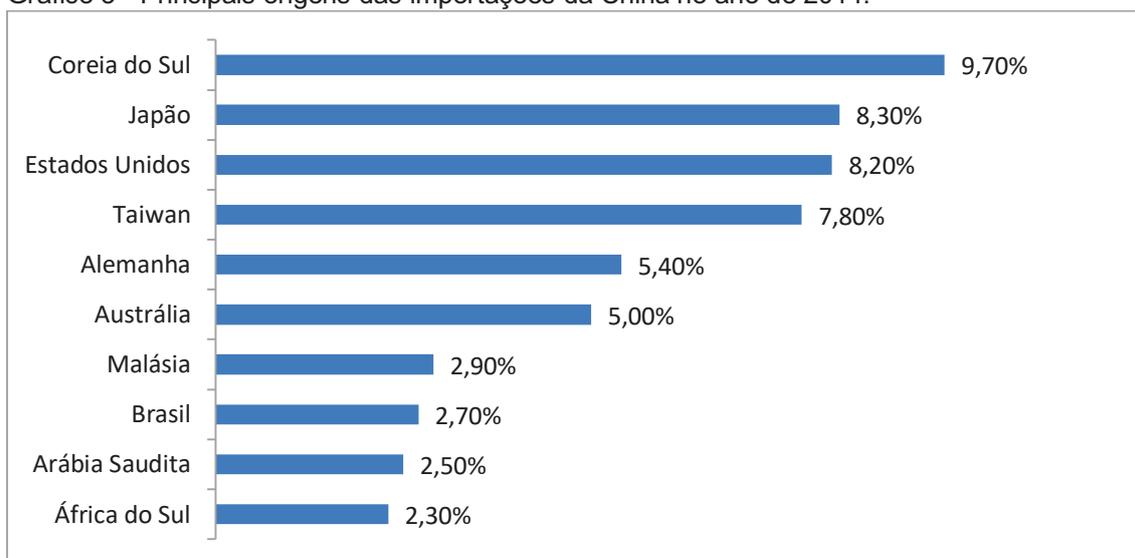


Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

Na pauta das exportações chinesas, máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, circuitos integrados, transformadores e diodos e transistores) foram o principal grupo de produtos vendidos e representaram 24,4% do total em 2014, seguidas de máquinas mecânicas (computadores, impressoras, aparelhos de ar-condicionado, bombas de ar) com 17,1%, móveis com 4%, e vestuário de malha com 3,9%.

Em termos de importações, os vizinhos da Ásia também são os principais abastecedores do mercado chinês, somando em 56% do total das importações em 2014, seguidos do continente americano com 16%, e da União Europeia com 11%. A Coreia do Sul foi o principal fornecedor de bens à China, com 9,7% do total, seguida pelo Japão, Estados Unidos, Taiwan, e Alemanha. O Brasil posicionou-se no 8º lugar entre os fornecedores do mercado chinês com 2,7% do total (TRADEMAP, 2016).

Gráfico 3 - Principais origens das importações da China no ano de 2014.

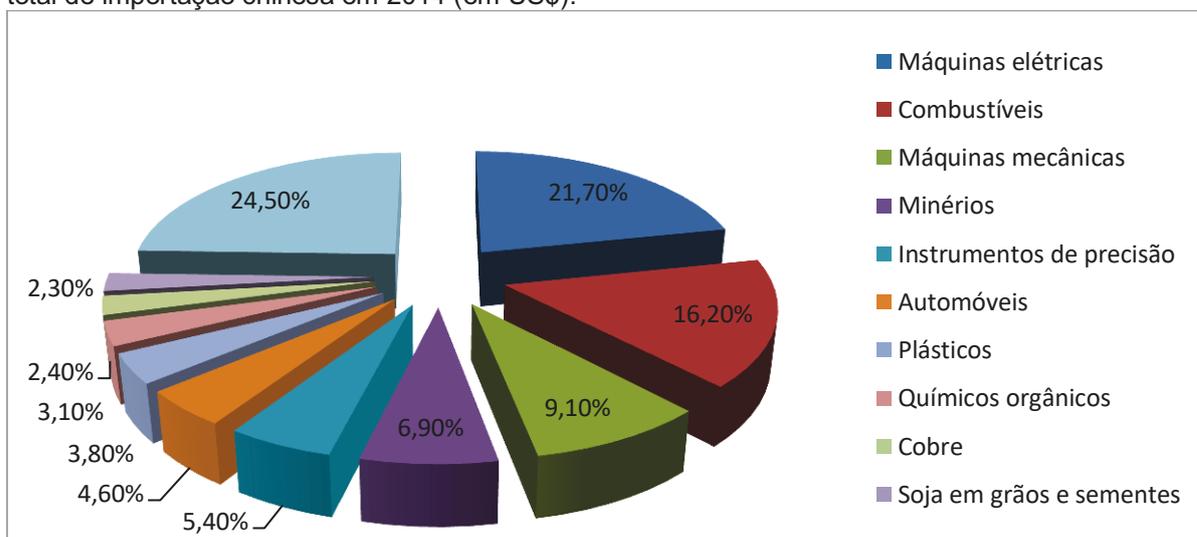


Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

Assim como as exportações, a pauta de importação chinesa também é caracterizada pela grande demanda por produtos de tecnologia, sendo alguns utilizados para agregação de valor e outros para consumo interno (MORTATTI, 2009).

Em 2014, de acordo com os dados da figura 4, podemos observar a significativa participação dos produtos derivados do petróleo, de matérias-primas e commodities e principalmente de produtos de maior valor agregado dentre os dez principais produtos importados pela China.

Gráfico 4 - Ranking dos principais produtos importados pela China e participação percentual na pauta total de importação chinesa em 2014 (em US\$).



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

A pauta das importações chinesas também é concentrada em bens industrializados. Em 2014, as máquinas elétricas (circuitos integrados, aparelhos de telefonia, diodos e transístores, transformadores, aparelhos de corte, circuitos impressos) foram o principal grupo de produtos importado e representou 21,7% do total, seguidas de combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado, hulhas e gás de petróleo) com 16,2%, máquinas mecânicas (computadores, impressoras, bombas de ar) com 9,1%, e minérios (ferro, cobre, níquel, alumínio, manganês, cromo) com 6,9%.

Vale ressaltar a participação da soja, que vem crescendo na pauta chinesa, sendo um item básico que faz parte dos hábitos alimentares de sua população. Sendo este, o principal produto importado pela China do Brasil (MORTATTI, 2009).

O Brasil de modo semelhante, mas ainda em processo mais lento, também vem buscando a expansão de seus mercados externos e influência geopolítica, como será apresentado na seção a seguir.

4.1.2 Brasil e o mundo

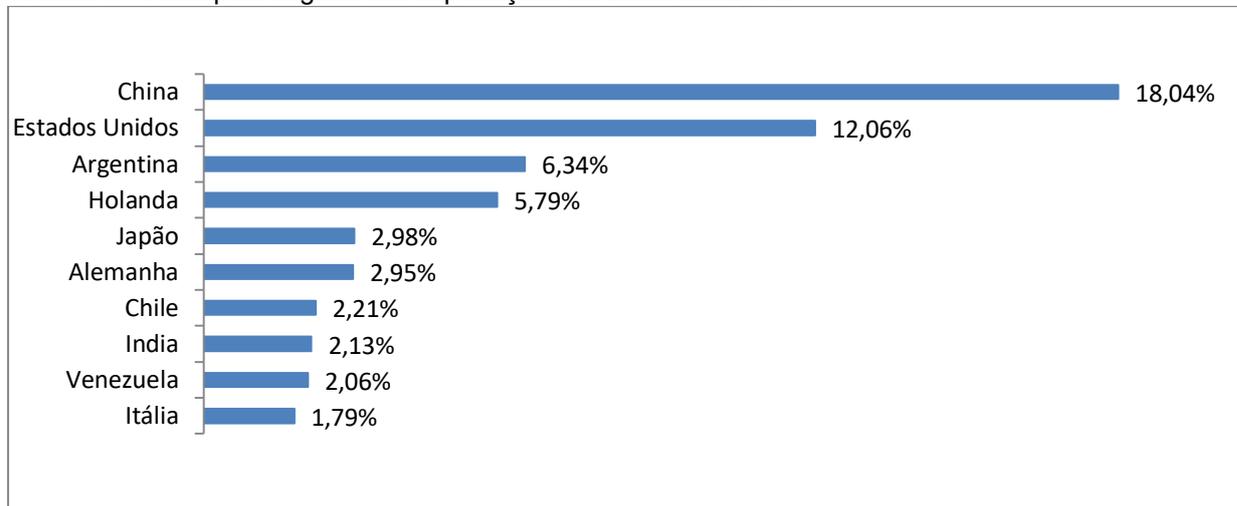
Com PIB nominal de US\$ 2,25 trilhões e crescimento de 2,49% em 2014, o Brasil posicionou-se como a 7ª economia no ranking do FMI, respondendo por 3% do PIB mundial (MDIC, 2016).

A partir de 2003 até 2011, nossas exportações cresceram impressionantes 17% ao ano. Em 2012, ainda que de forma tardia em relação a outros grandes países exportadores, os efeitos da crise internacional de 2008 fizeram esse desempenho diminuir. Além do ritmo de crescimento acentuado de países emergentes, a crise financeira de 2008 também se confirmou como um efeito catalisador de mudanças na estrutura de comércio global. No Brasil, isso se reflete na intensificação do comércio, nos últimos anos, com países fora do eixo Nafta, Japão, América Latina e União Europeia (CARTA CAPITAL, 12/09/2014). Pode-se destacar, dentre esses novos mercados, o aumento do comércio com a China.

Em 2014, cerca de 30% dos produtos brasileiros foram destinados para a Ásia, 23% para a Europa, 21% para América Latina, 13% para a América do Norte, 7% para o Oriente Médio, e 6% para a África. Os maiores parceiros comerciais do

Brasil, no ano de 2014, foram a China, o Estados Unidos, e a Argentina, segundo os dados do WITS (2016).

Gráfico 5 – Principais origens das exportações do Brasil em 2014.

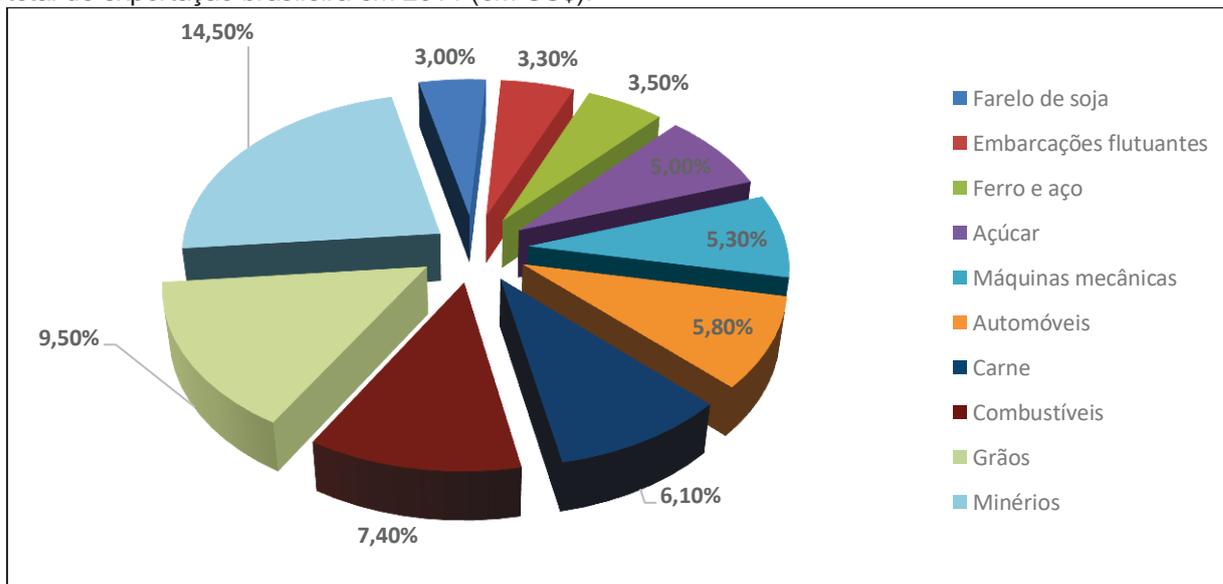


Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

No ano em análise, o Brasil exportou um total de US\$ 228 bilhões, se posicionando no ranking em vigésimo terceiro entre os maiores exportadores do mundo. As exportações do Brasil cresceram a uma taxa anual de 7,6% nos últimos cinco anos, e são lideradas pelo minério de ferro e a soja (OEC, 2016).

Os dez produtos mais vendidos pelo Brasil representam cerca de 43,5% das receitas totais do país com exportações. A concentração dos principais produtos exportados tem se mantido constante na última década, segundo dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil. Na tabela abaixo, é apresentada a lista dos dez principais produtos exportados pelo país em 2014.

Gráfico 6 - Ranking dos principais produtos exportados pelo Brasil e participação percentual na pauta total de exportação brasileira em 2014 (em US\$).

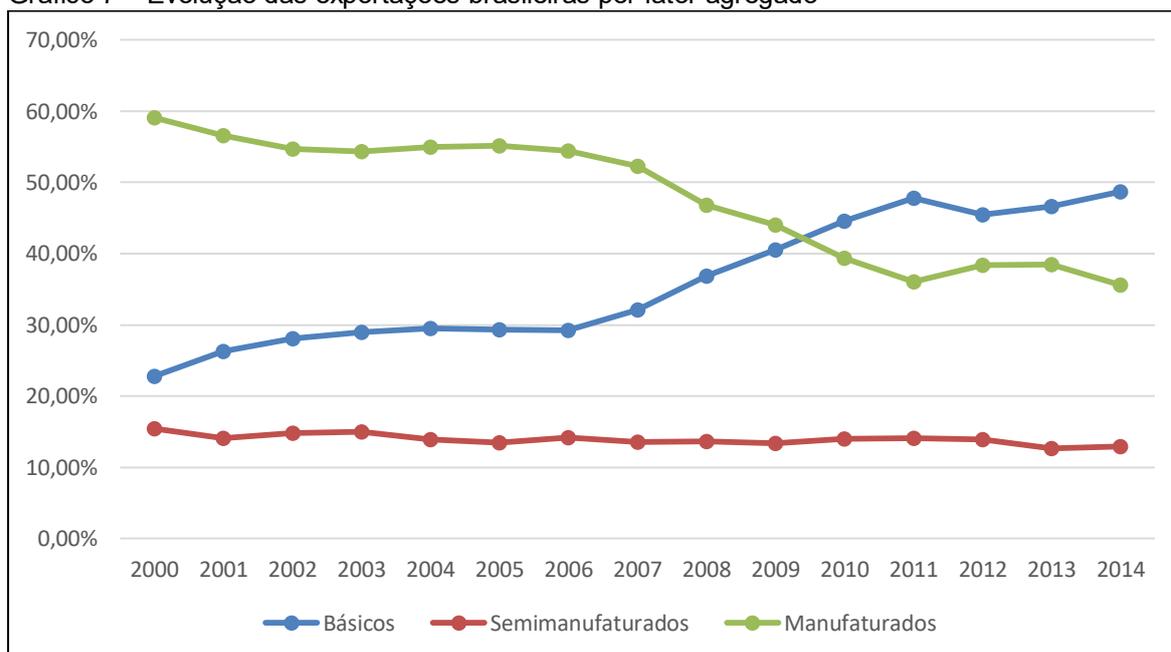


Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

Minério de ferro foi o principal produto exportado pelo Brasil, representando 14,5% da pauta em 2014, seguido de grãos (milho, trigo e arroz) com 9,5%, combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleo diesel) com 7,4%, carne (bovina, de frango e suína) com 6,1%; automóveis (de passeio, tratores, chassis, partes e acessórios) com 5,8%, máquinas mecânicas (partes de turbinas, motores para automóveis, blocos de cilindros, elevadores de carga) com 5,3%, e açúcar com 5,0%.

Segundo os dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil, em 2014 dos US\$ 225,101 bilhões das exportações totais brasileiras, quase 49% vieram das exportações de commodities. Enquanto o comércio mundial passou a demandar produtos de maior composição tecnológica, cada vez mais as exportações brasileiras concentram-se em produtos de menos teor tecnológico.

Gráfico 7 – Evolução das exportações brasileiras por fator agregado



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de SECEX em outubro de 2016.

No gráfico acima, é possível observar a notória mudança que ocorreu na composição das exportações brasileiras nos últimos anos, traduzida pela progressiva redução da participação relativa dos produtos manufaturados e da progressiva contribuição dos produtos básicos, sendo que, em 2010, ocorreu a inversão de posições, com os produtos básicos superando os manufaturados.

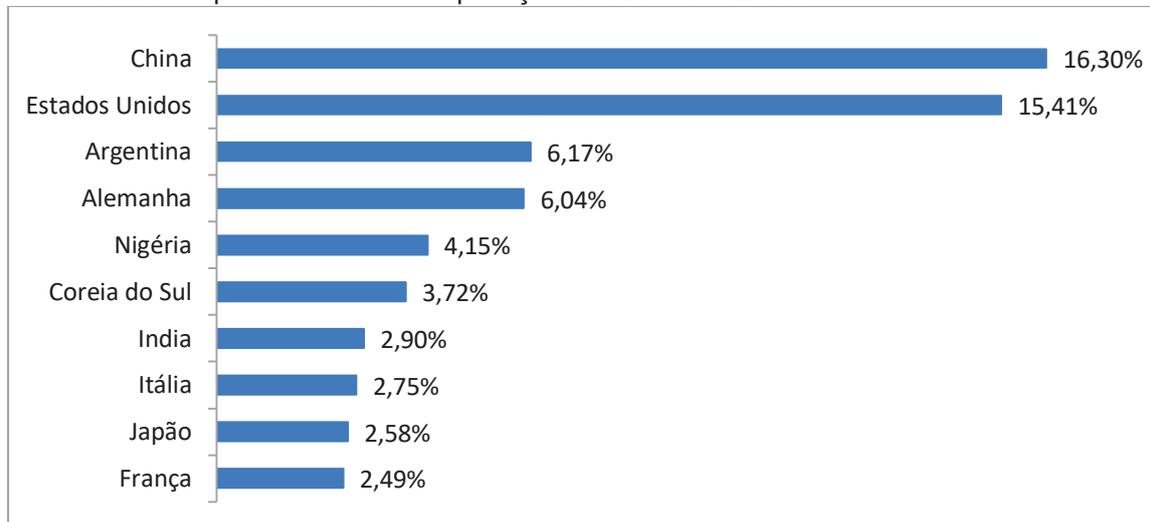
A perda da participação nas exportações de produtos manufaturados caracteriza a perda de mercado externo pelo Brasil, assim como sinaliza que o país pode estar passando por um processo de reprimarização da sua pauta de exportação (AEB, 2014).

Para o comércio exterior brasileiro, as divisas geradas nas exportações de commodities possuem o mesmo valor que aquelas obtidas com as exportações de produtos manufaturados. Todavia, o mercado de commodities é considerado instável, visto que os preços são fixados pelo mercado internacional. Diferentemente das vendas ao exterior de produtos manufaturados, onde os preços da mercadoria estão sob a responsabilidade da empresa exportadora, tornando o mercado mais estável e menos sujeito a instabilidades (AEB, 2014).

No que concerne as importações, os países da Ásia são também os principais abastecedores do mercado brasileiro. Em 2014, somaram 30,6% do total, seguidos

da União Europeia com 21%, da América do Norte com 19%, da América Latina com 17%, e da África com 7,3% (WITS, 2016).

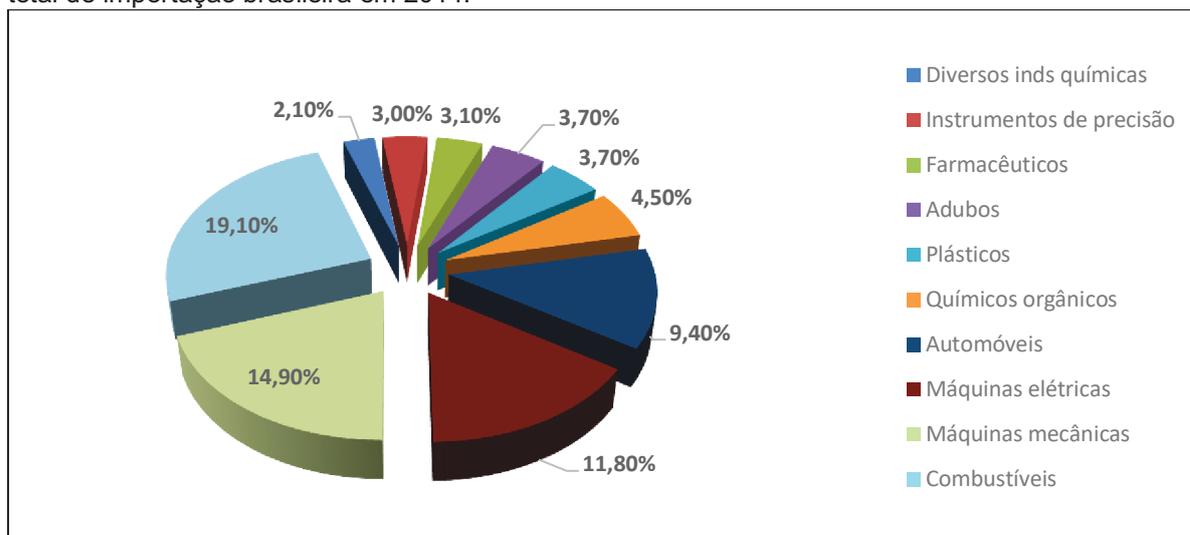
Gráfico 8 – Principais destinos das importações do Brasil em 2014.



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

O Brasil importou aproximadamente US\$ 228 bilhões em 2014, o colocando na décima nona posição no ranking de principais importadores do mundo. As importações brasileiras crescem a uma taxa média anual de 12%, e os produtos tem se mantido, em sua maioria, constantes na pauta de compras do país (MDIC, 2016).

Gráfico 9 – Ranking dos principais produtos importados pelo Brasil e participação percentual na pauta total de importação brasileira em 2014.

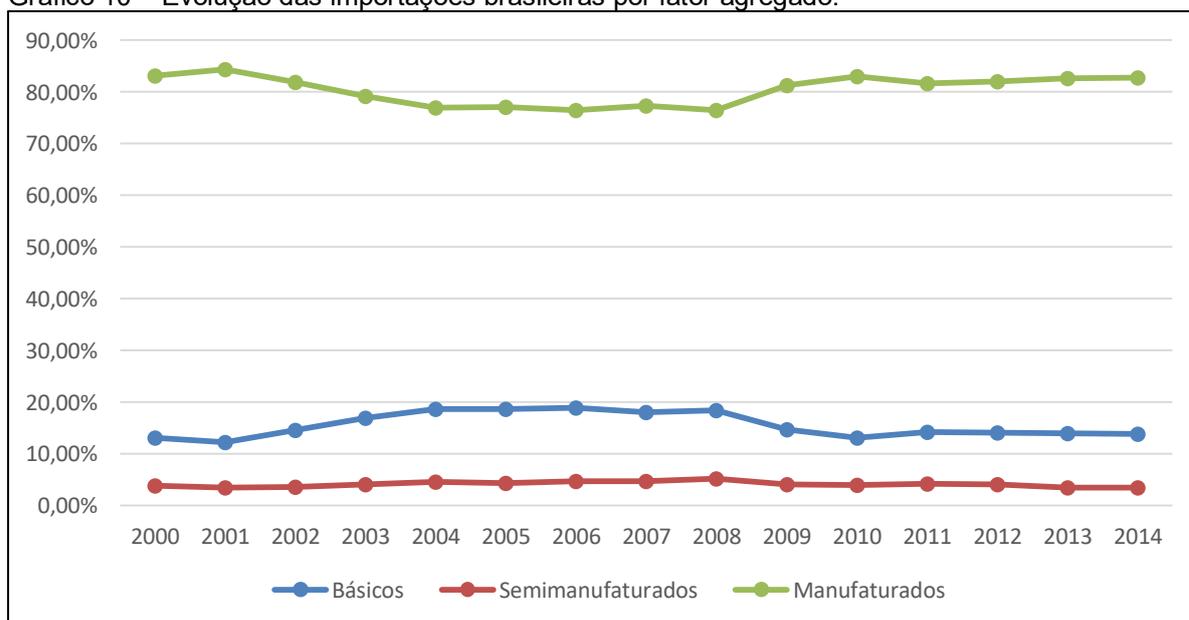


Fonte: elaboração própria, com base nos dados de MRE/UNCTAD/ITC em outubro de 2016.

Diferente das exportações, a pauta de importação brasileira é caracterizada pela grande demanda por produtos industrializados. Em 2014, combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo diesel, naftas para petroquímica, gás natural, hulha betuminosa, gasolinas) somaram 19,1% do total, seguidos de máquinas mecânicas (partes de turbinas à gás, placas de microprocessadores, partes de máquinas e aparelhos de terraplanagem, motores para veículos, tela de computadores, aparelhos de ar-condicionado) com 14,9%, máquinas elétricas (partes para aparelhos de TV e de telefonia, microprocessadores, circuitos integrados e impressos) com 11,8%, automóveis (de passeio, caixas de marchas, partes e acessórios) com 9,4%, e produtos químicos orgânicos (glofosato, metanol, ácido tereftálico e outros compostos heterocíclicos) com 4,5%.

Avaliados como um todo, os dados constantes do quadro relativo à composição das importações, por fator agregado, mostram relativa estabilidade.

Gráfico 10 – Evolução das importações brasileiras por fator agregado.



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de SECEX em outubro de 2016.

Apesar da ideia de estabilidade que os dados indicam, estes números devem ser motivo de preocupação, pois a elevação da participação dos produtos manufaturados indica uma preferência pela importação em detrimento da produção doméstica, o que pode sinalizar um processo de desindustrialização, localizada ou generalizada.

Este quadro na indústria brasileira nem sempre foi assim. Na década de 1980 e início da década 1990, a situação da pauta comercial do Brasil era oposta à observada atualmente. Em 1993, por exemplo, dois terços das exportações brasileiras eram compostas por produtos manufaturados. Entretanto, nos anos 1990, fatores como a sobrevalorização do câmbio, e a crescente abertura comercial, impulsionaram a forte mudança que sofreu a balança comercial brasileira. Isso porque, com a valorização do real, se tornou muito mais vantajoso importar máquinas e equipamentos de outros países, no qual as indústrias estavam muito mais bem estruturadas para a competição global.

Um ponto em comum entre as nações que apresentaram grande crescimento e desenvolvimento econômico no século XX, é que elas apostaram em manter o câmbio desvalorizado, assim, sendo mais competitivas no mercado mundial e permitindo se manter competitiva.

Isto não foi observado no caso brasileiro, em que o crescimento foi ancorado no acúmulo de poupança externa, e a entrada de capitais gerou pressão na taxa de câmbio, fazendo com que o país perdesse o controle sobre os preços. Com o aumento de salários e do consumo, a poupança interna, principal responsável pela ampliação dos investimentos na economia, foi comprometida e elevou bastante a dívida interna do país.

4.2 Histórico das relações comerciais entre o Brasil e a China

Até 1949 as relações entre o Brasil e a China eram apenas diplomáticas. Segundo Pires e Paulino (2011), após a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República, em 1951, o Brasil inaugurou um novo período marcado por políticas de forte cunho nacional-desenvolvimentista e, por uma maior independência econômica dos Estados Unidos, o que levou a aproximação dos dois países.

Contudo, o processo de reaproximação foi interrompido em 1964 com a modificação da situação política do Brasil. Em 1975, reconhecendo a importância do país asiático para os interesses nacionais, o general Ernesto Geisel, então Presidente da República, reestabelece as relações diplomáticas com a República

Popular da China, a fim de reaquecer as relações sino-brasileiras e o início de um ciclo de cooperação efetiva entre ambos os países.

A grande possibilidade de cooperação lucrativa nas áreas científica e tecnológicas levaram à assinatura de mais de vinte atos bilaterais ao longo da década de 1980. Entre eles, surge em 1988 a proposta de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, o CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), visando produzir satélites para a observação de recursos terrestres (áreas ambientais, urbanas e agrícolas) com recursos e tecnologias dos países. A cooperação técnico-científica fortaleceu os laços entre os dois países, entretanto, até a década de 1990, a efetivação desses acordos era difícil, por vários motivos: no Brasil, a democratização do regime, o grande endividamento externo, uma política externa pouco diversificada, a crise fiscal, no qual, afetou o comércio exterior de maneira mais acentuada, dado que o modelo de substituição das importações adotado pelo Brasil tornava o índice de internacionalização muito baixo se comparado à economia mundial (PIRES E PAULINO, 2011).

Com o processo de abertura comercial brasileira, em 1990, a forma de política comercial do país mudou substancialmente. O alinhamento brasileiro às novas tendências neoliberais conduziu a uma reformulação na estrutura do comércio exterior do país, decorrente da diminuição do intervencionismo estatal, pela prática do livre mercado e pelo fim de grande parte dos subsídios. Uma nova política industrial e de comércio exterior foi instalada, na qual, uma das principais medidas era a liberalização das importações (CASTRO, 2005).

Com o fim da Guerra Fria e as mudanças políticas e econômicas que ocorreram com a retomada do capitalismo internacional, o Brasil priorizou a convergência com países desenvolvidos. Era necessário recuperar a credibilidade perdida durante a década de 1980, fruto da estagnação econômica do país, instabilidade monetária, e crise do endividamento. Para a China, o fim da Guerra Fria representou o fim do equilíbrio de poderes entre países socialistas e capitalistas.

Com as tentativas da diplomacia brasileira em diversificar o plano político e econômico, o fortalecimento da aproximação econômica com a China ocorreu apenas no final da década de 1990, onde, Segundo Oliveira (2004), em 1999 foi criado um Fórum de Cooperação Ásia do Leste – América Latina (EALACF), com

intuito de implementar planos e programas que ampliem os laços econômicos, políticos e culturais entre os países. Esta parceria estratégica é atrativa pelo fato de que ambos os países pertencerem a mercados emergentes com grande potencial, o que representa uma oportunidade absorção dos produtos brasileiros pelo mercado chinês, assim como uma potencial fonte de fornecimento de insumos e investimentos. Do lado político, a aproximação comercial também pode ser vista como uma tentativa de fortalecer a atuação conjunta dos dois países em organismos internacionais (OLIVEIRA, 2004).

A China e o Brasil também buscavam estender a influência de suas economias para além das fronteiras continentais. O Brasil consolidou o processo de integração regional com o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e deu um grande passo para a estabilização econômica. A China buscou expandir sua zona de influência para romper com o isolamento que ainda ressentia de décadas anteriores.

Após 1995, mesmo com a democratização do regime brasileiro, ficou complicado para o país obter saldos positivos nas parcerias econômicas com outros países, por conta de questões como o agravamento da dívida externa, fortes pressões inflacionárias e a redução de grandes projetos de crescimento herdados no período ditatorial. Fatores como o alto preço dos transportes, infraestrutura deficitária e produtos pouco competitivos dificultavam as trocas comerciais brasileiras na época (ANTONIO, 2012).

Dessa forma, durante a década de 1990, a série de ajustes internos na economia brasileira gerou uma grande oscilação nas taxas de crescimento do PIB, que fechou a década crescendo em média 1,7% ao ano, enquanto a China apresentava crescimento acelerado de 9,9% ao ano no mesmo período, decorrente principalmente do crescente dinamismo chinês (ANTONIO, 2012).

Como já foi visto o processo de abertura comercial chinesa abriu portas para todo o potencial exportador que o país estava desenvolvendo ao longo das décadas anteriores. A China também contava com um grande fluxo de investimentos externos no país, o que foi importante para justificar o acelerado crescimento do PIB chinês ao logo da década.

Segundo Gonçalves (2015), as disparidades com as quais cada país atravessou o processo de abertura comercial para uma economia globalizada, é

fator determinante para a compreensão dos diferentes desempenhos das economias brasileira e chinesa.

Segundo o autor, a conjuntura inflacionária que se instalou no Brasil no final do século XX, contribuiu, para estancar os investimentos públicos em infraestrutura e, para comprimir os investimentos privados destinados à expansão da capacidade de oferta e à modernização do parque industrial brasileiro.

As abruptas políticas de abertura comercial e financeira, somadas às políticas de estabilização monetária, baseadas na sobrevalorização cambial do real, provocaram um grande aumento das importações, fato que foi um grande golpe para a indústria brasileira que não estava plenamente desenvolvida para encarar a concorrência internacional. O país conseguiu manter um leve crescimento de suas exportações na época, baseada nas vendas de commodities. O que também influenciou para o declínio do setor industrial nacional ao longo da década de 1990, antes tido como fundamental para o fortalecimento do crescimento econômico (GONÇALVES, 2015).

A China por sua vez, optou por primeiro fortalecer os seus agentes internos, através do incremento da competitividade interna, absorção de tecnologias e forte investimento em educação, para então poder se tornar um player competitivo no cenário de uma economia globalizada.

A economia chinesa, ao evoluir de sociedade basicamente agrícola e produtora de matéria-prima, para sociedade com ampla estrutura produtiva e com vasta gama de produtos industrializados, captou parte da demanda mundial de bens industriais, assim como possibilitou uma melhora nos termos de troca de suas exportações. (PAULINO, 2011). Dessa maneira, a China passou a desempenhar um papel de relevância crescente na cena econômica mundial, enquanto o Brasil viu seu desenvolvimento atrasado.

Apesar das oscilações da economia brasileira e de fatores conjunturais que afetaram ambos os países em algum momento, a década de 90 é a década em que se registra uma maior aproximação comercial entre Brasil e China até então.

Tabela 2 - Balança Comercial entre Brasil e China para anos selecionados (em US\$)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1990	381.803.845	168.792.327	213.011.218
1991	226.405.821	129.040.536	97.365.285
1992	460.031.616	116.775.031	343.256.585
1993	779.394.972	304.856.536	474.538.436
1994	822.416.147	463.495.924	358.920.223
1995	1.203.750.528	1.041.728.048	162.022.480
1996	1.113.828.697	1.132.883.363	-19.054.666
1997	1.088.213.686	1.166.420.980	-78.207.294
1998	904.879.640	1.033.806.095	-128.926.455
1999	676.142.137	865.219.126	-189.076.989
2000	1.085.301.597	1.222.098.317	-136.796.720

Fonte: elaboração própria com base nos dados do SECEX (2016).

Entre 1990 e 2000 as exportações cresceram cerca de 180%, a importações mais de 600% e a corrente de comércio como um todo cresceu aproximadamente 420%, de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior. Na primeira metade da década de 1990 o Brasil registrou altos índices de superávit comercial, mas em decorrência das políticas implementadas ao longo dos anos, o aumento das importações acabou superando o das exportações e assim, o país passou a registrar déficits a partir de 1995 (GONÇALVES, 2015).

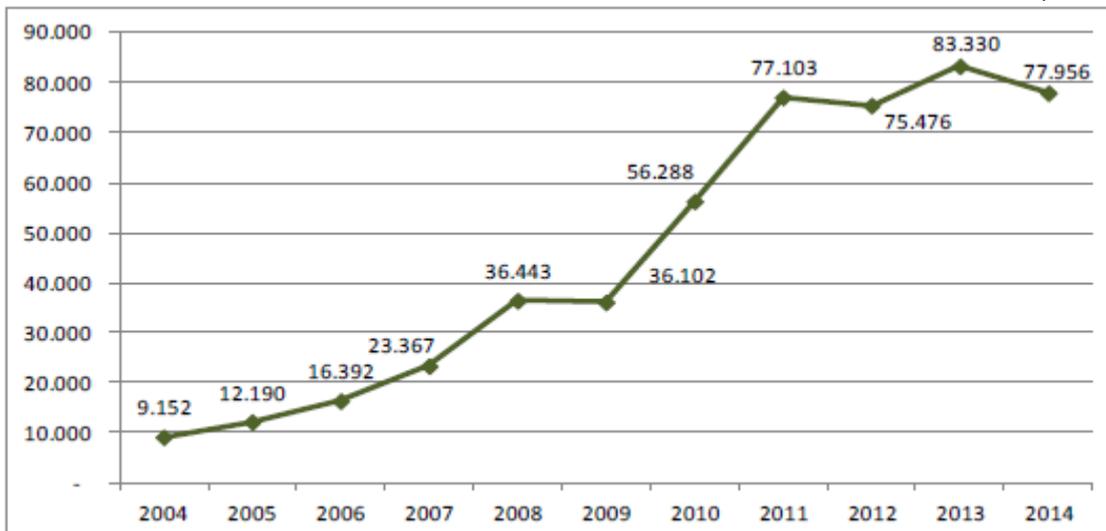
Ainda assim, veremos a seguir que é a partir dos anos 2000 que essa relação vai mudar e crescer, sobretudo após o ingresso da China na OMC, fazendo com que a China passe a figurar entre os principais parceiros comerciais do Brasil anos mais tarde.

4.3 Comércio Brasil e China

Na última década o comércio entre o Brasil e a China tem demonstrado significativo crescimento. Conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), no período compreendido entre 2004 a 2014, as exportações brasileiras para a China aumentaram de US\$ 5 bilhões para US\$ 40 bilhões, enquanto as importações cresceram de US\$ 4 bilhões para cerca de US\$

37 bilhões, totalizando, em 2014, uma corrente de comércio de aproximadamente US\$ 77,9 bilhões.

Gráfico 11 – Corrente de comércio bilateral do Brasil e a China, entre 2004 e 2014 (US\$ milhões).



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), apud CEBC Alerta, 2014, página 1.

É possível observar no gráfico que ao longo do período analisado, a corrente de comércio entre os países obteve grande crescimento, sendo poucos os anos em que se registrou retração.

O total de exportações brasileiras apresentou crescimento para todos os anos da série, exceto em 2012 e 2014, mas, ainda assim, as exportações do Brasil destinadas à China apresentou crescimento médio acima de 20%, o que evidencia o dinamismo da relação entre os dois países.

Com relação à estrutura do perfil do comércio bilateral atual entre esses países, observa-se uma situação bem distinta e contrastante, no que se diz respeito à sua composição. Durante a década de 1980 e 1990, o Brasil exportava para a China, em sua maioria, produtos manufaturados e importava matéria prima agrícola, minerais, metais e seus derivados. Entretanto, já no início dos anos 2000 ocorreu uma inversão na pauta comercial entre os dois países, decorrente principalmente do grande processo de industrialização da economia chinesa, e da crescente necessidade de bens de consumo. Como resultado, observa-se que nos últimos anos a China tornou-se um grande exportador de produtos industrializados, com alto valor agregado e um forte concorrente para os produtos industrializados brasileiros.

No caso das exportações brasileiras para a China, percebe-se uma grande concentração em produtos básicos, no qual há o predomínio de dois produtos em particular, minério de ferro e soja em grão, com 41% e 30%, respectivamente, da participação no total da pauta. Os dois produtos juntos representam 71% dos US\$ 70 bilhões que o Brasil exportou para a China em 2014. Assim como os dez principais produtos vendidos para a China representaram 91% de todos os bens que o Brasil exportou para esse país em 2014.

Tabela 3. Ranking dos principais produtos exportados do Brasil para a China e sua participação percentual no total dessa pauta em 2014.

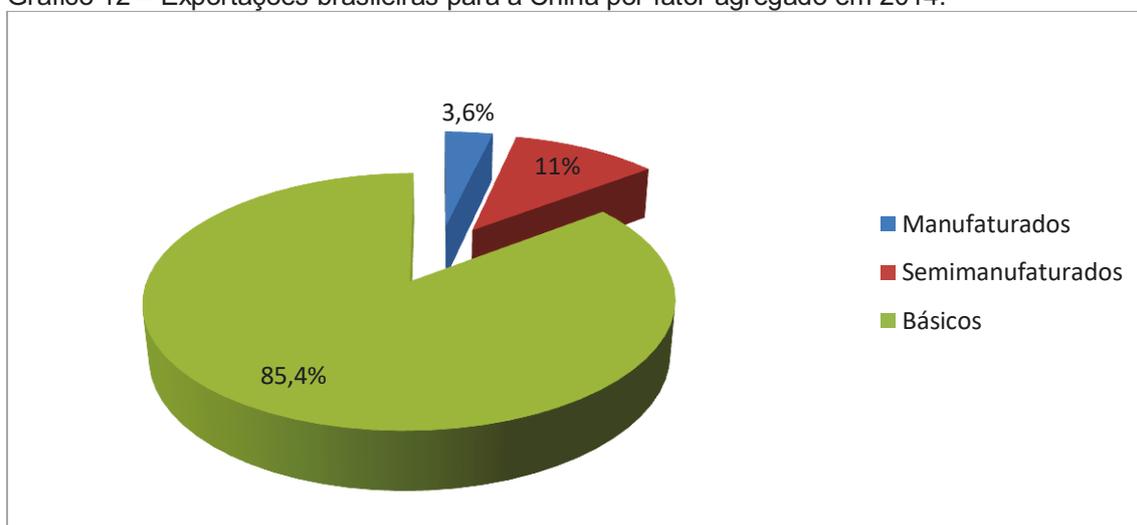
Exportações	US\$ (milhões)	Participação na pauta em %
Soja	16.615	41%
Minérios de ferro e seus concentrados	12.303	30%
Óleos brutos de petróleo	3.473	9%
Celulose	1.424	4%
Açúcares	880	2%
Couros e peles, não preparados	554	1%
Carne de aves	519	1%
Ferro-ligas	504	1%
Óleo de soja	340	1%
Tabaco não manufaturado	334	1%
Algodão	333	1%
Pasta química de madeira	282	1%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da CEBC, 2014.

Segundo a Secretária de Comércio Exterior, em 2000 os dois principais produtos da pauta de exportação, soja e minério de ferro, já correspondiam a 50% do total das vendas brasileiras para a China. Entre 2000 e 2005, a soja cresceu em média 40% e o minério de ferro 50%. De 2005 a 2010, a soja cresceu aproximadamente 45%, enquanto o minério de ferro cresceu expressivos 58%, obtendo, dessa maneira, a posição de principal produto exportado para a China. Porém, entre 2010 e 2014, o minério de ferro teve retrações e cresceu apenas 3%, enquanto a soja cresceu 25%, o que o colocou novamente na segunda posição da pauta. Além destes, os produtos que tem maior peso nas exportações brasileiras para a China atualmente são óleos brutos de petróleo, pastas químicas, e cana de açúcar.

Fica mais fácil observar a concentração de commodities nas exportações do Brasil para a China quando se utiliza como base de análise o valor agregado, ou seja, quando se estuda a pauta de acordo com a intensidade tecnológica presente em cada produto. Já em 2000, cerca de 50% das exportações brasileiras para a China eram de produtos primários e as manufaturas intensivas em recursos naturais. Os produtos de alta, média e baixa tecnologia representavam, respectivamente, 12%, 26%, e 13% do total exportado. Dez anos depois, os produtos primários já representavam 2/3 das exportações, enquanto os produtos com maiores graus de tecnologia respondiam conjuntamente por cerca de 33% (WITS, 2016).

Gráfico 12 – Exportações brasileiras para a China por fator agregado em 2014.



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do WITS, 2014.

As importações brasileiras oriundas da China obtiveram crescimento significativo nos últimos anos. Em 2000 elas somavam em US\$ 1 bilhão e em 2014 elas já representavam US\$ 37 bilhões.

Diferente das exportações, a pauta de importação provenientes da China é muito mais diversificada e não é concentrado em poucos produtos, individualmente nenhum produto representa mais do que 5% das compras brasileiras da China.

Tabela 4. Ranking dos principais produtos importados pela China do Brasil e sua participação percentual no total na pauta em 2014.

Importações	US\$ em milhões	Participação na pauta em %
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	10.897	29%
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	7.151	19%
Produtos químicos orgânicos	2.260	6%
Ferro fundido, ferro e aço	1.388	4%
Plásticos e suas obras	1.070	3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	1.002	3%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	978	3%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	935	3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	809	2%
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico cirúrgicos	780	2%
Adubos ou fertilizantes	681	2%

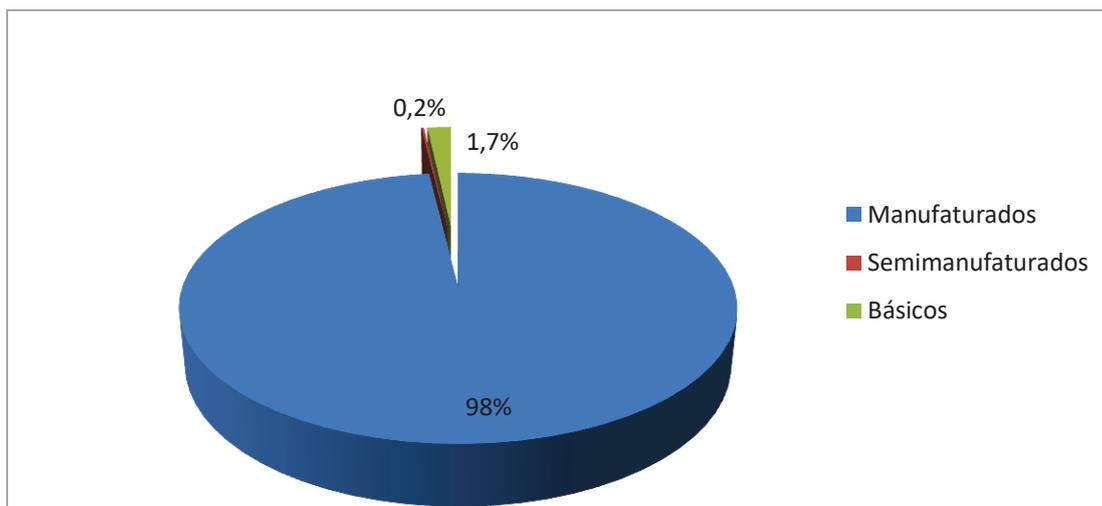
Fonte: elaboração própria com base nos dados da CEBC, 2014.

É possível observar na tabela a cima, que a pauta de importação é composta em grande parte por produtos intermediários, como, por exemplo, partes de máquinas e telefonia. Isso significa que muito dos produtos que vem para o Brasil são peças que servirão para a produção de outros produtos em solo brasileiro.

Tendo como base de classificação os bens em categorias agregadas, as importações brasileiras por produtos de alta tecnologia nunca representou menos do que 36% na pauta de importação. Também, o aumento das importações de produtos chineses de média intensidade tecnológica tem elevado a participação dessa categoria de produtos na pauta importadora. Justamente no segmento onde o Brasil tem mais dificuldade de acessar o mercado Chinês por meio das exportações.

No ano 2000 a supremacia já era total por parte dos industrializados, que representavam cerca de 90% da pauta de importação. Em 2010, eles já representavam 97% do total dos produtos comprados do país asiático, subindo para 98% no ano de 2014 (WITS, 2016).

Gráfico 13 – Importações brasileiras da China por fator agregado em 2014.



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do WITS, 2014.

A partir dos dados expostos, fica muito clara a tendência do Brasil de importar cada vez mais produtos manufaturados em detrimento dos produtos básicos e semimanufaturados. Podemos observar que, de um lado, a concentração das exportações brasileiras em apenas duas commodities e a vulnerabilidade da pauta brasileira quanto às variações dos preços internacionais. De outro, o crescimento e a diversificação da pauta chinesa, indicando progresso em mais de uma área.

A discussão que surge é sobre a possível desindustrialização, ou reprimarização, da economia brasileira como consequência negativa do crescimento da relação comercial entre os dois países. A China, além de aumentar significativamente a demanda por produtos básicos, seria ainda um possível concorrente para a indústria brasileira.

4.4 Regressão da pauta exportadora

As altas taxas de crescimento do comércio bilateral entre o Brasil e a China nos últimos anos, gerou uma série de oportunidades e desafios para a economia brasileira.

A China, como principal parceiro comercial do Brasil, gera grandes ganhos para a economia brasileira, relativo tanto às exportações quanto as importações. Além disso, as importações chinesas ajudam na geração de divisas e no equilíbrio do comércio brasileiro. Isso se fez verdade principalmente durante a crise

internacional de 2008, onde a China representou percentuais significativos na participação superavitária brasileira, enquanto as principais economias do mundo se encontravam em declínio. Entre 2009 e 2012, por exemplo, o superávit com a China representou em média 30% do total do saldo comercial brasileiro, sendo o pico em 2011, quando sua participação chegou a 38,7%. Isso ressalta a importância do comércio sino-brasileiro para a saúde financeira do nosso país.

A relação com a China pode ser vista também de outra maneira, onde ela representa grande concorrência com os produtos manufaturados brasileiros, visto que ela possui um pálio industrial muito mais significativo e imponente do que o Brasil. Dessa maneira, além de competir diretamente com os produtos brasileiros em outros mercados, o crescimento dos manufaturados chineses também gera barreiras no mercado nacional, seja desestimulando os investimentos na indústria ou ocupando o espaço deste segmento em nosso comércio.

Isto representa um desafio à indústria brasileira, que, apesar de nunca ter sido uma potência industrial como o Estados Unidos e a China, representou uma parcela significativa no PIB do país nas últimas décadas do século XX, assim como nas exportações brasileiras. Este atraso industrial do Brasil é preocupante, pois alerta a uma possível reprimarização da pauta de exportação brasileira.

O fortalecimento das relações comerciais com a China, e a necessidade crescente desta por produtos básicos, fez com que a pauta de exportação brasileira se concentrasse cada vez mais em commodities e produtos de baixo valor agregado – assim como era antes da década de 1980 – e reduzisse a participação dos manufaturados gradativamente. Como foi observado anteriormente, a inversão da pauta começou a se acentuar principalmente após o ano de 2006, mas foi apenas em 2010 que ocorreu a inversão definitiva. Pode-se dizer que essa mudança tem relação direta com a aproximação do país com a China, visto que o fluxo de comércio entre os dois países é muito significativo, o que acaba se refletindo na balança comercial.

A grande competitividade da indústria da China em relação a brasileira, nos remete as teorias de Ricardo, no qual afirma que é melhor que o país se dedique a atividade em que possui vantagens competitiva de comércio. No caso do Brasil, o setor com maior competitividade é a produção de commodities, porém, focar na produção destes produtos poderia fatalmente implicar no comprometimento e

vulnerabilidade da economia interna do país. Tanto pela oscilação dos preços das matérias primas, onde qualquer queda nos preços acarretará em um desequilíbrio na balança comercial brasileira, quanto pela negligência do potencial de crescimento industrial do Brasil, que é considerado um fator de grande relevância para o desenvolvimento econômico de um país.

A grande demanda por commodities agrícolas e minerais pela China faz com que esse seja o melhor caminho para o contínuo crescimento do comércio entre os dois países. Contudo, o desafio imposto ao Brasil é explorar as possibilidades diversificar sua pauta comercial, assim como buscar o desenvolvimento tecnológico e industrial. Somente deste modo teremos uma alteração na atual estrutura do país e conseqüentemente uma convergência, de um país com uma pauta essencialmente agrícola, para uma diversificação de produtos com conteúdo tecnológico e de maior valor agregado, para ser assim uma resposta à competição chinesa em terceiros mercados.

Conclusão

A criação e o fortalecimento da parceria estratégica entre Brasil e China durante o século XX, foi um importante passo no desenvolvimento das forças produtivas dos dois países. O grande crescimento da relação comercial entre eles fez a corrente comercial sino-brasileira aumentar em mais de 60 vezes no período de duas décadas.

A China, desde 2009, ocupa o posto de principal parceiro comercial brasileiro, deixando para trás parceiros tradicionais como o Estados Unidos e a Argentina. Entretanto, o Brasil representa uma porcentagem modesta nos saldos comerciais chineses, visto que estamos em nono lugar entre seus principais mercados fornecedores. Observa-se que, em 2014, a China importou cerca US\$ 1,5 trilhões, mas o Brasil aproveitou menos de 3% deste extraordinário mercado e este se concentra em *commodities* e produtos de baixo valor agregado como minérios e sementes. Em contrapartida, importamos produtos com maior valor tecnológico como, por exemplo, máquinas e equipamentos elétricos (WITS, 2016). Pela análise dos dados apresentados, pode-se dizer que o Brasil tem utilizado como estratégia a manutenção de um saldo superavitário no comércio com a China para suprir a deficiência na troca comercial em relação ao valor agregado dos produtos. Sendo assim, o padrão de trocas que se observa entre os dois países é desfavorável ao Brasil, pois a pauta exportadora brasileira é composta quase que somente por *commodities* agrícolas e minerais, o que faz com que os resultados comerciais dependam fundamentalmente da situação e dos preços desses produtos no mercado internacional.

A grande demanda chinesa por *commodities* elevou o preço das mesmas frente aos produtos manufaturados, invertendo uma tendência histórica de que a dependência das exportações de produtos primários tende a tornar os países extremamente vulneráveis. O modo como se desenvolveu a relação bilateral e a gradual regressão da pauta exportadora brasileira trouxe à tona a discussão sobre a possibilidade de reprimarização da economia, sendo a falta de um planejamento sério de investimento para desenvolvimento da indústria nacional e o efeito china como principais barreiras a diversificação.

Se por um lado o efeito China contribuiu para que o Brasil angariasse grandes ganhos no decorrer da década de 2000, também levou ao enfraquecimento de alguns setores da economia brasileira. O setor manufatureiro chinês, mais eficiente que o brasileiro, colocou em xeque o espaço que algumas empresas brasileiras possuíam fora do país e até complicou a atuação destas até mesmo internamente. Enquanto o Brasil obtinha sucesso com as vendas de commodities, o país assistiu ao enfraquecimento do setor industrial.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward J.; CAMARGO, José Márcio. **Liberalização comercial, distribuição e emprego**. In: Revista de Economia Política, v. 13, n. 4. Rio de Janeiro, 1993.

AMARAL, Antônio Carlos Rodrigues do. **Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

ANTONIO, Joana Grazzioti. **A abertura comercial brasileira e o processo de desindustrialização**. Monografia apresentada para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69951/000875598.pdf?sequence=1>>

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. **Cenários do Comércio Exterior Brasileiro: Passado, Presente e Futuro**. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>>. Acesso em junho 2016.

BADO, Álvaro Labrada. **Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional**. Revista de economia e relações internacionais, v. 3, n. 5, 2004

BALASSA, Bella. **Teoria da integração econômica**. Editora Clássica, edição 2, Lisboa, 1972

BELLUCCI, B. **Abrindo os Olhos para a China**. In: **Abrindo os Olhos para a China**. CEAA, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, UCAM, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, JA, Brasil 2004. Disponível em: <<http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgibin/library?e=d-000-00---0ceaabr--00-0-0--0prompt->

10---4-----0-1l--1-es-50---20-about---00031-001-1-0utfZz-8->. Acesso em outubro de 2015. Acesso em outubro de 2015.

BERTO, André Rogério. **Barreiras Ao Comércio Internacional**. Edição: Convibra 04, 2004.

CÂMARA BRASIL-CHINA. **Dados sobre a história da China**. Disponível em: <<http://www.camarabrasilchina.com.br/a-china/historia>>

CASTRO, L. B. de. **Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989)**. In: GIANBIAGI, F. et. al. (Org.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Publicações: China-Brazil Update**. Edição 11, Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/balanca-comercial>> Acesso em fevereiro de 2016.

COSTA, Guilherme Octávio Morais. **A evolução do comércio entre Brasil e China: uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras**. Monografia apresentada para o curso de Ciências Econômicas da UNSP, Araraquara, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132468/000855880.pdf?sequencia=1>> Acesso em agosto de 2016.

COUTINHO, Eduardo Senra; PEIXOTO-LANA, Fernando de Vilhena; FILHO, Paulo Zschaber Ribeiro; AMARAL, Hudson Fernandes. **De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. Artigo apresentado à matéria de Economia de Empresas, pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2006. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/362.pdf>> Acesso em setembro de 2015.

CRUZ, Luis Rodolfo. **Organizações internacionais de integração e cooperação econômica: Revisões de uma teoria geral**. In: Revista da SJRJ, n. 4. Rio de Janeiro, 2009.

DAHER, Rui. **Comércio exterior: o tamanho do Brasil e o cenário mundial.** Publicada pelo jornal Carta Capital, em 12/09/2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/comercio-exterior-o-tamanho-do-brasil-e-o-cenario-mundial-588.html>> Acesso em outubro de 2016.

GOLÇALVES, Fábio Lambert Horta. **A evolução das relações comerciais entre Brasil e China de 1994 a 2014.** Monografia apresentada para o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134836/Monografia%20do%20Fabio%20Lampert.pdf?sequence=1>> Acesso em outubro de 2016.

HELPMAN, Elhanan. **International Trade in the Presence of Product Differentiation, Economies of Scale, and Monopolistic Competition: A Chamberlin-Heckscher-Ohlin Approach.** Journal of International Economics, v. 11, pp. 305-340, 1981. Disponível em: <<http://www2.econ.iastate.edu/classes/econ655/lapan/Readings/IntlTradeinPresenceProdDifferentiationEconScaleetcHELPMAN.pdf>> Acesso em novembro de 2015.

KRUGMAN, Paul. ***Increasing Returns and Economic Geography.*** *The Journal of Political Economy*, Volume 99, issue 3, 1991. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/~pkrugman/geography.pdf>>

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política.** 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LINDER, Staffan. **Na Essay on Trade na Transformation.** John Miley, New York, 1961.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Dados sobre as relações comerciais.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/component/content/article?id=87>> Acesso em fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Outras Estatísticas Brasileiras de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>>. Acesso em março de 2016.

MOREIRA, Mauricio M.; CORREA, Paulo Guilherme. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo**. In: Revista de Economia Política, v. 17, n.2. Rio de Janeiro, 1997.

MORTATTI, Caio Marcos; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. **Determinantes do Comércio Brasil-China de Commodities e Produtos Industriais: uma aplicação de vecm**. Economia Aplicada, vol 15, n.2, página 311-335, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-0502011000200007. Acesso em setembro de 2016.

NAIDIN, Leane et al. **De Los Cabos a Nova Délhi: a agenda econômica e financeira dos G20 e dos BRICS**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2012.

OLIVEIRA, C. T. de. **China: o que é preciso saber**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

PAIVA, Dênis Mateus. **Relações de investimentos e comércio entre o Brasil e a China no contexto da rápida expansão chinesa e da trajetória recente da economia brasileira**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Economia pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16463/1/RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20INVESTIMENTOS%20E%20COM%C3%89RCIO%20ENTRE%20O%20BRASIL%20E%20A%20CHINA%20NO%20CONTEXTO%20DA%20R%C3%81PIDA%20EXPANS%C3%83O%20CHINESA%20E%20DA%20TRAJET%C3%93RIA%20RECEN TE%20DA%20ECONOMIA%20BRASILEIRA.pdf>> Acesso em agosto de 2016.

PEREIRA, Lia Valls. **Relações comerciais Brasil-China: um parceiro especial?**
In: Cadernos Adenauer VI, vol 1, 2005.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. **As relações entre China e América Latina num contexto de crise. Estratégias e Potencialidades.** São Paulo. Editora LCTE, 2011.

PUGA, Fernando Pimentel. **A inserção do Brasil no comércio mundial: o efeito China e potenciais de especialização das exportações.** Textos para discussão, n. 106, Rio de Janeiro, 2005.

PORTER, Michael. **The Competitive Advantage of Nations.** Publicado em 1989. Edição 2, 2001.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional.** Rio de Janeiro, LTC, 2000.

STORY, Jonathan. **China: a corrida para o mercado.** Editora Futura, 2004.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **China.** <Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/chn/>>. Acesso em outubro de 2016.

TRADE STATISTICS FOR INTERNATIONAL BUSINESS DEVELOPMENT.
Trademap. Disponível em: < <http://www.trademap.org/Index.aspx>>

TUSCO, Andrade de Macedo. **Relações comerciais entre Brasil e China.** Monografia para o curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2010. Disponível em <<http://cnm.ufsc.br/files/2011/04/Andre-Macedo-Tusco.pdf>>. Acesso em agosto de 2016.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Time series.** Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em setembro de 2016.

VILELLA, Eduardo. **As relações comerciais entre o Brasil e a China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Pesquisa de iniciação científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>> Acesso em outubro de 2015.

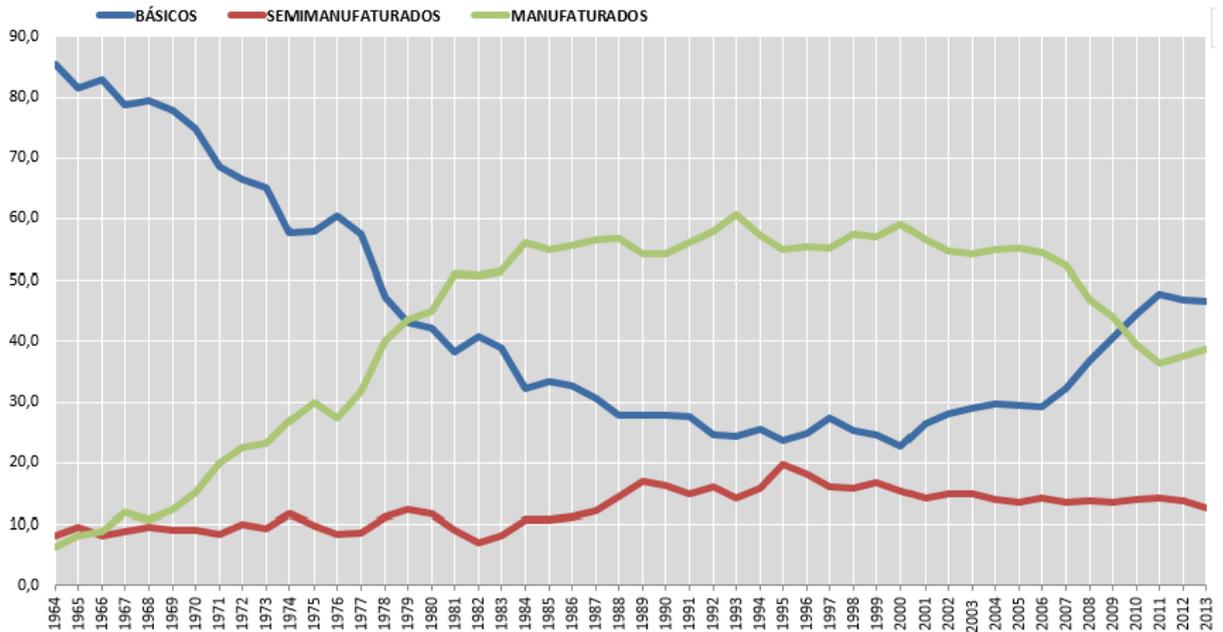
WILLIANSO, John. **Economia aberta e a economia mundial**. Rio de Janeiro, 1989.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION. **Trade Summary**. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/2014/Summary>>. Acesso em junho 2016.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Time series**. Disponível em: <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>>. Acesso em junho de 2016.

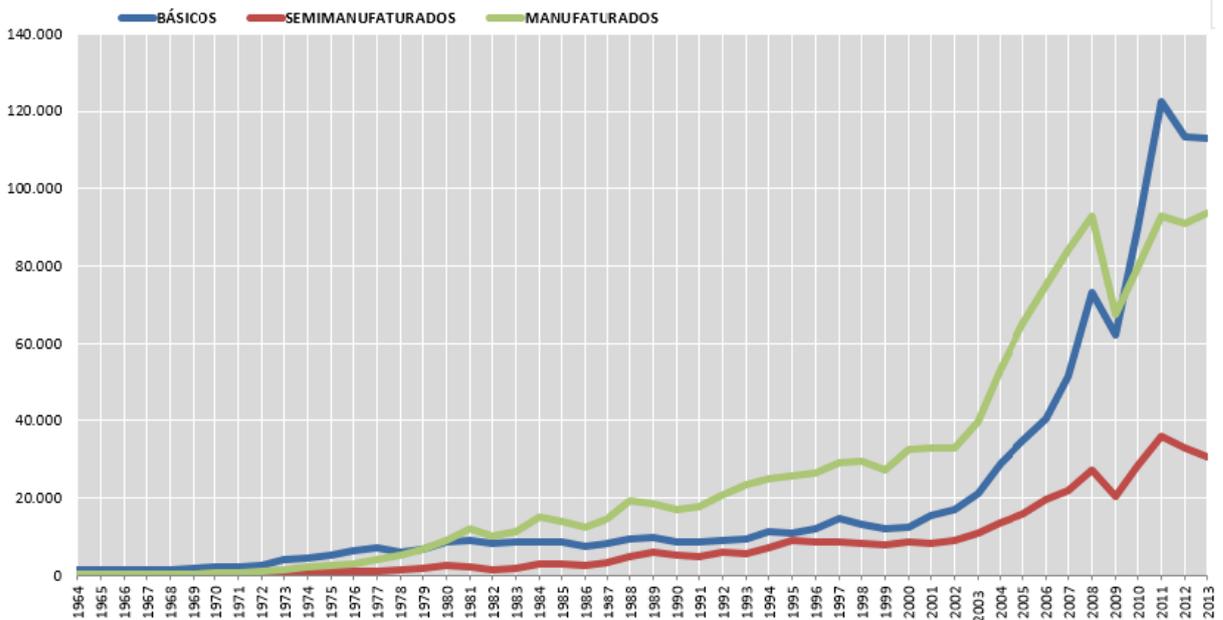
ANEXOS

Exportação Brasileira por Fator Agregado
1964 a 2013 - Participação %



Fonte: apud GONÇALVES, 2015, página 62.

Exportação Brasileira por Fator Agregado
1964 a 2013 - US\$ Milhões



Fonte: apud GONÇALVES, 2015, página 62.